



REPRESENTANTES DA ECONOMIA SOCIAL DE ACORDO

# São necessários novos modelos de organização e financiamento



OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL, PORTO

## Recuperação da IPSS gigante do Porto nas mãos de ex-presidente de câmara

IV SEMANA SOCIAL UDIPSS BRAGA

## Futuro da ação social passa pela parceria Estado, Autarquias e IPSS



PÊSO DA RÉGUA  
Dívida de 2008 ao IEFP é uma pedra no sapato da ARDAD

OEIRAS  
Profissionais do “Cuidar Melhor” debatem os cuidados a prestar na demência



**José Leirião**  
Membro da CNIS



## Pensar as políticas de resposta às alterações climáticas e as políticas sociais como uma só

A abordagem da União Europeia às políticas para fazer face às alterações climáticas devem integrar a justiça social, dado que a neutralidade climática terá elevados custos, mas o crescimento económico sem um propósito social é insustentável.

No passado mês de Junho, o Conselho Europeu (constituído pelos governos dos Estados Membros da EU) aprovou e apresentou a Nova Agenda Estratégica 2019-2024. Entre as prioridades as alterações climáticas são colocadas num contexto de sustentabilidade social.

Do ponto de vista da sociedade civil europeia, a ligação entre as políticas climáticas e sociais é crucial, dado que assegura que os trabalhadores e cidadãos europeus aceitam as medidas desenhadas para cumprir o Acordo de Paris de 2015, no entanto, o planeta não pode esperar, é necessária uma reviravolta planeada da economia.

Desde a crise financeira (2008) a União Europeia tem estado num modo que podemos

chamar de **‘navegação à vista’** no que respeita às políticas económicas e sociais, por exemplo: os salários estão estagnados ou mesmo a declinar, enquanto os Estados Membros estão perdendo capacidade de configurar políticas económicas, sociais e ambientais e de investimento público mais ousadas.

O crescimento do desemprego e divergentes tendências nos salários divide ainda mais os Estados Membros e as sociedades. Um pequeno número de bilionários confronta com a precariedade dos cidadãos empregados, os quais não podem suportar os elevados custos que a neutralidade climática, transição energética e eficiência energética implicam. Esta situação tem implicado várias reações da sociedade civil, mais jovem e outras, tais como: ‘coletes amarelos’, manifestações de descontentamento da população e não participação nas eleições de parte significativa da população europeia, em virtude de políticas de austeridade na Europa.

Os factos científicos são claros: o actual modelo económico atingirá os limites do planeta num futuro breve. O problema político colocado pelas alterações climáticas é complexo na sua relação causa-efeito. Esta situação coloca o desenho das políticas uma tarefa difícil.

A nova Agenda Estratégica 2019-2024 pode indicar a resposta adequada que deverá ser baseada na **EU como um mercado interno baseado no primado do Estado de Direito e na Competividade, mas deve ser completada por uma nova prioridade: REALIZAR UM CLIMA NEUTRO, VERDE, NUMA EUROPA SOCIAL JUSTA.**

A Implementação do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais** é urgente para assegurar adequada protecção social, mercados de trabalho inclusivos, promover a coesão social, acesso universal aos cuidados de saúde e a luta contra as desigualdades.

## CORREIO DOS LEITORES

### Notas à Segurança Social

**1** – Não queiram destruir a Família! – Não gosto nada que se chame a uma casa de Idosos – uma **ERPI** (estrutura residencial para Idosos).

Porque não há-de chamar-se um **LAR?**

Também não gosto nada que se chame **CLIENTES** aos nossos queridos Idosos! Há os clientes de uma mercearia, de um supermercado ou outros semelhantes. Mas esta de chamar a um Lar uma casa de clientes... não me entra na cabeça.

**2** – O Dr. Rio disse no dia 25 de Setembro que na função pública encontrou os melhores e os piores trabalhadores. Vem isto a propósito da **Segurança Social do Largo do Rato em Lisboa**. No dia 25 de Fevereiro de 2016, o Centro Social e Paroquial de Mairos, Chaves, enviou ao Sr. Presidente os estatutos para serem aprovados. Pois, pasme-se, já lá vão 4 anos e meio e os estatutos ainda não chegaram ao destino. Fala-se tanto em direitos dos Trabalhadores e tão pouco nos seus deveres.

**3** – Fala-se tanto na falta de creches e é uma realidade mas, não se fala na falta de Lares. Não deixava de ser interessante que o serviço de estatísticas contabilizasse as listas de espera na procura de uma cama que

aumenta cada vez mais por esse Portugal abaixo. Compreendo muito bem e conheço perfeitamente o amor das pessoas à sua casinha; não lhe podemos levar a mal esse sentimento. Mas, também sei, por experiência própria, que há muitos, muitos casos em que isso não é possível; ou porque a pessoa é dependente, já que a esperança de vida aumenta cada vez mais mas sem qualidade, ou porque a pessoa ainda vai fazendo as coisas, mas está sozinha em casa uma vez que toda a gente trabalha; é terrível a solidão dos nossos idosos e os seus familiares estão numa preocupação constante. O apoio domiciliário é muito importante mas não resolve muitos casos.

**Há tanta falta de Lares!** Por outro lado, cada vez são mais exigentes as leis, as burocracias, os papéis, as inspeções – tantas vezes motivadas por cartas anónimas que deveriam ser lançadas no saco do lixo em vez de lhes darem crédito. O cumprimento das leis é só para os de baixo mas não para quem manda; por ex. os 25% a mais que deveriam pagar pelo serviço do SAD nos fins de semana... ainda ninguém se lembrou disso...

**4** – Então alguns inspetores ... parece que andam na caça às bruxas. Sei de um Lar onde

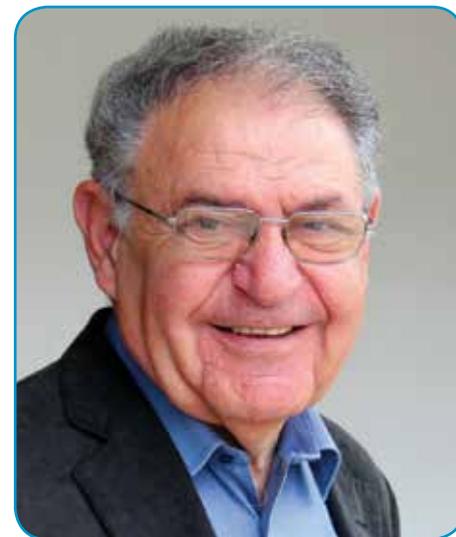
foram pedir mais de 150 papéis, perguntaram por 11 idosos que já tinham morrido, alguns há 9 anos. Não contentes com isso, telefonaram para uma família a perguntar se tinham prestado todos os serviços ao pai falecido há 5 dias... Parece que estamos no tempo da Pide...

Depois, há partidos que têm uma pedra no sapato contra as Misericórdias, contra as IPSS e que, de acordo com a sua ideologia, gostariam de ver todos esses serviços entregues ao Estado como se isso fosse possível. – Isto segundo as propostas dos vários partidos que vieram expressas no “Solidariedade” de Setembro.

Sei que tem de haver leis para evitar abusos mas entendo que poderiam ser um pouco mais flexíveis, mais humanas, tendo em conta que o mais importante não são os papéis, nem os compartimentos medidos ao milímetro mas sim o bem dos nossos Idosos de maneira que eles encontrem no seu LAR a atenção e o carinho tanto das funcionárias como dos seus familiares como eles merecem.

A bem dos nossos Idosos.

**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



# Legislativas de 2019

1. No contexto da pré-campanha eleitoral para as Eleições Legislativas de 2019 surgiram várias propostas e foram enunciadas algumas preocupações que conectam diretamente com o que são as competências e a tradição de cooperação do Estado com as IPSS.

É o caso das políticas públicas com vista à compatibilização da vida profissional com a vida familiar, através do alargamento da resposta social creche ou da universalização do acesso à educação pré-escolar, como o é o da política de acolhimento de refugiados, designadamente menores não acompanhados; e é ainda o do previsto investimento, legalmente determinado, quanto ao acolhimento familiar ou residencial de crianças e jovens em perigo.

Mas não é apenas a continuação da cooperação de pretérito que estava em causa.

Com efeito, a generalidade das forças políticas concorrentes foram chamando a atenção para a emergência resultante das alterações climáticas, para a necessidade de reorientação e diminuição dos consumos de energia fóssil e para os efeitos positivos para a Humanidade em geral do recurso privilegiado a modalidades de economia circular, com reutilização dos materiais.

As entidades da economia social, mais sensíveis do que as entidades da economia privada lucrativa às causas do consumo responsável, da protecção dos consumidores e da defesa dos valores civilizacionais comuns da Humanidade, na medida em que são alheias à especulação e à apropriação privada dos lucros da atividade empresarial, pareceriam dever ser os interlocutores privilegiados dos Governos – ou de quem pretendia ou pretende sê-lo – na definição das prioridades das políticas públicas respetivas.

Mas, indo à procura, nos diversos programas políticos apresentados na pré-campanha, e as referências às entidades da Economia Social não surgiam evidenciadas como instrumento para a satisfação dos objetivos pretendidos. Crê-se que a falta de visibilidade de muita da que é a atividade diária dessas Instituições – só no caso das IPSS, cerca de 200.000 trabalhadores e 700.000 utentes permanentes – pode ajudar a explicar essa omissão.

Essa a razão que levou a CNIS a enviar oportunamente a todas as forças políticas concorrentes às Legislativas de 2019 um memorandum com aqueles e outros temas caros às IPSS e que gostaria que fossem assumidos pelos Partidos e sobre o qual se disponibilizou para uma abordagem mais circunstanciada com cada um.

Dois Partidos deslocaram-se à CNIS e outros dois chamaram a CNIS às suas sedes.

2. Chamado a pronunciar-se, o povo português elegeu um novo Parlamento. No deve e no haver das eleições, várias notas podem ser destacadas. A mais preocupante parece ser a do progressivo aumento da abstenção: os Partidos, em particular, e a sociedade, em geral, devem refletir e estabelecer uma estratégia que combata o progressivo alheamento do povo português da causa comum.

Depois, há outras notas a realçar: como muito bem costuma referir um Partido, sendo o povo português chamado a eleger 230 deputados para um Parlamento e não diretamente um Primeiro Ministro, contudo, tanto um Primeiro Ministro como um Governo derivam da correlação das forças políticas presentes no Parlamento. Entretanto, da vontade expressa nas eleições pelo povo português resulta que a representação nacional no Parlamento não configura um cenário de ingovernabilidade, o que, independentemente das opções, numa perspectiva de estabilidade, não deixa de ser salutar. Parece certo que, sem delongas, vamos ter um Primeiro Ministro (o mesmo) e um Governo (que será o seu e o nosso Governo).

E tendo sido constituído um Parlamento, apesar de agora muitos se dizerem sociais-democratas (talvez demasiados), verifica-se que mais correntes de pensamento e ideologias estão ali representadas, que a diversidade racial do país fica um pouco melhor assumida e que ali há mais jovens e mais mulheres. Bom, sem dúvida. Porém, talvez não fosse desajustado esperar um maior equilíbrio - mas o povo assim o quis e é o povo quem mais ordena...

Como nota dissonante é o desequilíbrio na representação territorial, com o denso litoral abundantemente representado em comparação com o longo e deprimido interior. Mas tal resulta de um sistema eleitoral que talvez deva merecer revisão.

3. Integrando um sector que é pilar do Estado Social, a CNIS respeita todos os partidos. Absolutamente todos. E não é Partido nem o quer ser. E não tem assento parlamentar nem o quer ter. Mas defende causas e por elas luta. Por isso, para elas chamou a atenção dos Partidos.

E espera que nenhum dos Partidos que compõem o Parlamento, entre outras causas, ignore os temas e as circunstâncias importantes para o Sector Social Solidário, em geral, e para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, em particular.

Nomeadamente: a coesão territorial e a coesão social; a igualdade entre as pessoas e a igualdade de oportunidades; a natalidade a favorecer e o envelhecimento ativo a promover; as alterações climáticas que se agravam e a sustentabilidade ambiental que urge promover.

Também espera que o Parlamento lance um olhar mais atento para a legislação em que se enquadra a cooperação, nomeadamente sobre o regime fiscal. E para a imperiosa corresponsabilidade do Estado na sustentabilidade económica das Instituições Particulares de Solidariedade Social.



**ELEIÇÕES  
LEGISLATIVAS 2019**

CONFERÊNCIA REÚNE REPRESENTANTES DA ECONOMIA SOCIAL NA COVILHÃ

# Os novos e velhos desafios do sector foram o mote para a reflexão

O Salão Nobre da Câmara Municipal da Covilhã encheu-se de um público atento e interessado para a Conferência «Novos e velhos desafios nas organizações da Economia Social», organizada pela Santa Casa da Misericórdia da Covilhã.

E se o tema já era de «per si» interessante, o lote de palestrantes aumentou as expectativas, que não saíram goradas, pela reflexão que provocaram nos presentes.

O presidente da CNIS começou por enumerar os vários desafios que o sector enfrenta no presente e no futuro, pois este chega, cada vez mais, depressa.

“As novas dinâmicas familiares, a sustentabilidade das instituições, as redes colaborativas, as demências, a transparência, as alterações climáticas, a natalidade e o envelhecimento, a qualidade dos serviços, o conhecimento, capacitação e inovação, as novas formas de cooperação, a inovação tecnológica, a interinstitucionalidade, a igualdade, equidade e subsidiariedade, o primado das pessoas e a solidariedade” são, no entender do padre Lino Maia, as grandes questões que se colocam ao Sector Social Solidário.

E, por isso, considera serem necessários “novos modelos de organização e financiamento, boas práticas de gestão, promover o envolvimento das comunidades, perseguir a eficiência energética, pois há muito caminho a percorrer”, sendo que “é fundamental acautelar a sustentabilidade financeira das IPSS, que em muitos lugares são as únicas instituições no território”, rematando: “O Estado é corresponsável pela sustentabilidade financeira das instituições”.

Por seu turno, Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), depois de lembrar que “os lares são antecâmaras dos Cuidados Continuados” e que é necessária uma “mudança do paradigma do Serviço de Apoio Domiciliário”, considerou que o cenário demográfico nacional “não é brilhante, mas é desafiante”.

Nesse sentido, defendeu que para atacar este “problema estrutural” é preciso criar uma “linha de serviço autónoma para a terceira idade”, “trabalhar integradamente”, “ir à frente, pois não basta ter o know-how”, ter “voz política”, “ser rigorosos na gestão para ter sustentabilidade” e ter “capacidade de gestão, unidade e força” para prosseguir o trabalho e a missão.

Já Eduardo Graça, presidente da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), considerou que “tem havido melhoria nos modelos de gestão das entidades da Economia Social”, mas “é necessário uma



renovação dos dirigentes, tal como mais capacitação e formação e também mais mulheres nas direções das instituições”.

A fechar, Eduardo Graça, referindo-se à saída da vida pública do ministro Vieira da Silva, sustentou que “o novo ministro terá que ter sensibilidade para tutelar este sector”.

No seguimento, o padre Jardim Moreira, presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, lembrou a necessidade de “novas políticas”, porque “não há pessoas em situação de pobreza, há famílias em situação de pobreza”.

Considerando que “esta luta deve envolver toda a sociedade e o Estado deve ter papel central”, sublinhou a “ausência de uma estratégia nacional clara de combate à pobreza”, que “se que contar com as instituições sociais compromete a ação das próprias instituições”.

A terminar, o padre Jardim Moreira afirmou



que “o sector está fragmentado” e que “as organizações trabalham pouco em rede”.

Por seu lado, Carlos Andrade, do Centro Português de Fundações, alertou para a “deriva ideológica em favor do Sector Estatal, uma visão que não tem limites”, para recordar o que se passou com o ATL e, agora, com o Pré-escolar.

“O desaparecimento da rede solidária do Pré-escolar está em curso”, alertou.

4ª SEMANA SOCIAL DA UDIPSS BRAGA

# O futuro da ação social será marcado pela relação entre Estado, autarquias e IPSS

O tema em debate, no auditório do CITEVE, em Vila Nova de Famalicão, era «IPSS e o Desenvolvimento Local», pretendendo a organização, a cargo da UDIPSS Braga, que se refletisse sobre a importância económica e social das IPSS e ainda qual o seu contributo para o desenvolvimento local.

Estava-se no segundo dia (de três) da 4ª Semana Social promovida pela União Distrital bracarense, depois de, na véspera, o dia ter sido dedicado ao «Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário» e um dia antes do grande piquenique/convívio, com que sempre encerra a Semana Social de Braga, com centenas de utentes, colaboradores e dirigentes presentes.

Convidados de honra da sessão no CITEVE, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, o presidente da CNIS, padre Lino Maia, e ainda Mafalda Cabral, administradora da Sol do Ave.

O presidente da UDIPSS Braga, cónego Rosmaninho Mariz, moderou a sessão, contextualizando e lançando desafios aos palestrantes.

Sobre a temática a debate, o ministro Vieira da Silva começou por lembrar que “as respostas sociais estão presentes em todo o território”, havendo “maior densidade no litoral, mas assumem uma maior dimensão numérica nos territórios de baixa densidade populacional”.

Posto isto, o governante propôs-se fazer uma reflexão, apontando que as instituições sociais “são particulares, independentes do Estado, autónomas e a dimensão da missão afasta-se do sector privado e aproxima-se do público, porque persegue o bem-estar social”, sublinhando que “é nisto que reside a matriz do Sector Social Solidário”.

Ora, para o ministro da Solidariedade, “assumindo esta definição, há que tirar consequências”: “As respostas são de natureza universal, mas isto não está desligado da prioridade aos mais carenciados. Por isso, não podemos sacrificar a sustentabilidade económica à sustentabilidade social das instituições”.

Relevando algumas vantagens competitivas das IPSS – “maior nível de capilaridade”, “elevada flexibilidade” e “enorme resiliência” –, Vieira da Silva destacou, entre outras, a capacidade de gerar emprego por todo o território.

“Se o emprego é relevante a nível nacional, é muito mais a nível local”, pois tem “capacidade de captar e oferecer emprego, algum que exige qualificação técnica”, defendeu o ministro, acrescentando que “os rendimentos são canalizados para a economia local” e considerando que “as IPSS são, em muitos locais, a âncora populacional”, numa espécie de “rede territorial”.

No entanto, Vieira da Silva alertou para a necessidade de “diálogo e parceria entre o Sector Social Solidário e o Poder Local”, pois aponta que “o futuro da ação social será marcado pela



relação triangular: Estado Central, Poder Local e IPSS”.

Por fim, o governante indicou alguns desafios que vislumbra no futuro.

“É preciso reforçar a rede, porque há carencias pela evolução demográfica; deve haver uma focalização nas respostas sociais, pois a apostas das instituições deve ser na gestão de respostas sociais; a sustentabilidade, que não pode ser uma dependência muito maior do Estado”, argumentou, deixando algumas pistas para melhorar a sustentabilidade, como “reforçar as parcerias dentro do Sector Solidário” ou “estabelecer relação com outros agentes locais que façam baixar os custos”.

A terminar, Vieira da Silva deixou uma palavra de alento e um alerta: “Sou otimista quanto ao desenvolvimento sustentável e sustentado do Sector, mas não minimizo os riscos, em especial no que toca à legitimidade e imagem das instituições”.

Antes, já o padre Lino Maia havia partilhado com os presentes uma série de números que evidenciam a importância das IPSS no desenvolvimento local.

Cerca de 700 mil utentes, 200 mil trabalhadores, milhares de dirigentes voluntários, qualquer coisa como 5.000 instituições com acordos de cooperação com o Estado, “uma realidade que abrange à volta de um milhão de pessoas” e que “praticamente abrange toda a população portuguesa”.

“As IPSS são muito importantes para o desenvolvimento local, basta ver os dados de um estudo feito para a CNIS que revelam que 1 euro representa um benefício de 4 euros para a



economia local. Ou ainda que em 27% das freguesias portuguesas a IPSS é a única entidade presente”, recordou o presidente da CNIS, defendendo que “as IPSS podem ser ainda mais promotoras de desenvolvimento local, prestando outros serviços e até como gestoras de equipamentos abandonados”.

Já Mafalda Cabral sublinhou que “o desenvolvimento local é um processo partilhado entre todos os agentes”, daí a “proximidade às IPSS” por parte da Sol do Ave, até porque, “da infância à terceira idade, as IPSS têm um vasto campo de intervenção na comunidade”.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**

ARDAD – ASSOCIAÇÃO DA REGIÃO DO DOURO PARA APOIO A DEFICIENTES, PESO DA RÉGUA

# Abertura de CAO será a melhor prenda pelo 30º aniversário em novembro

Completa três décadas de existência no próximo mês de novembro e, ao longo destes anos todos, tem dedicado a sua ação a trabalhar competências com pessoas portadoras de deficiência para que possam ingressar no mercado de trabalho. A ARDAD - Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes exerce a sua atividade na zona sul do distrito de Vila Real e vai abrir um CAO ainda este ano, mas tem um problema às costas que pode pôr o futuro da instituição em causa: uma dívida ao IEFP a qual não tem condições para saldar. Mesmo assim, os responsáveis afirmam “não baixar os braços”.

Fundada a 12 de Novembro de 1990, a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes (ARDAD) iniciou atividade, em 1992, na área da formação profissional para pessoas com deficiência, no âmbito do Fundo Social Europeu, sendo ao tempo a única instituição a responder às necessidades apresentadas pela Região Demarcada do Douro, com especial incidência nos concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Lamego, S. João da Pesqueira, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Sabrosa, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Alijó e Vila Real.

E se hoje são 90 os formandos, quando arrancou a ARDAD fê-lo com um grupo de 32, o que demonstra o crescimento da instituição.

Por isso mesmo, as instalações iniciais foram tornando-se exíguas, havendo uma primeira mudança de local, onde eram ministradas formações nas áreas de Carpintaria, Artesanato, Costura e Lavoros e Serviços Pessoais à Comunidade.

Em 2003, perante as necessidades físicas, a instituição volta a deslocalizar-se, instalando-se, até hoje, no Seminário de Godim, na freguesia com o mesmo nome do concelho do Peso da Régua.

Paulatinamente, a ARDAD foi abrindo o leque da oferta de formação, procurando responder às necessidades do mercado. Em 2002, surgiu a Produção Vegetal, quatro anos depois abriu o curso para Auxiliares de Cozinha e, mais recentemente, o de empregado de andares.

“Esta nova formação é para dar resposta à indústria hoteleira, pois é um curso que tem futuro e vamos ter que apostar nisso. Hoje há muita procura na região e nós temos que nos adaptar às necessidades do mercado”, justifica Mário Montes, presidente da ARDAD.

Desde 2014 que a instituição ministra Cursos de Dupla Certificação, que conferem, em simultâneo, uma Certificação Escolar e uma Qualificação Profissional, no sentido de conferir mais competências aos formandos.



Entretanto, a ARDAD foi reconhecida como Centro de Recursos Local para os Centros de Emprego de Lamego, Vila Real e Moncorvo, passando a desenvolver o programa IAOQE – Informação, Avaliação, Orientação e Qualificação para o Emprego.

Porém, a vida da ARDAD, que no próximo mês de novembro celebra 30 anos de existência vive com uma espécie de guilhotina sobre a cabeça.

Questões burocráticas relativas a 2008 e uma situação, de certa forma, caricata colocam a sustentabilidade da instituição em causa, sendo que a única resposta que tem é a formação profissional para pessoas com deficiência.

O imbróglgio envolve outras 15 instituições e

prende-se com uma dívida ao IEFP, que vem do ano de 2008, e que obriga a ARDAD a pagar a soma de 104 mil euros.

“Esta situação surgiu porque, em 2008, com a transição do segundo para o terceiro Quadro Comunitário de Apoio, as candidaturas atrasaram muito e não havia candidaturas aprovadas para a formação profissional desse ano. Então, o IEFP decidiu financiar as instituições por conta e por comparação com os números anteriores”, começa por contar Mário Montes, prosseguindo: “Acontece que, nesse ano, houve uma série de alterações em termos das normas de admissão dos formandos para novos cursos, deixando de haver bolsas e uma série de apoios que existiam. Ora, isto levantou problemas na

angariação de formandos, porque não havia apoios. Houve, por isso, uma redução drástica no volume de formação. Pelos números que o IEFPP nos apresentou, e temos que os aceitar, dava um excesso, em favor do IEFPP, de 104 mil euros, relativos a dois projetos”.

Quando em 2010, o IEFPP comunicou a dívida, a resposta da instituição foi a de que não tinha dinheiro, mas disponibilizava-se para fazer um acordo de pagamento a cinco anos.

“Ora bem, de 2010 até outubro de 2018, o IEFPP não nos disse mais nada, mas esses valores estão refletidos nas nossas Contas. E depois destes anos todos sem nos dizer nada, veio questionar se já tínhamos pago e para apresentarmos os comprovativos de pagamento. Nós ficámos atónitos! Não houve qualquer resposta à nossa proposta de pagamento e o que nos disseram foi que o processo se tinha perdido e que agora é que tinham dado conta da situação. Na altura tínhamos forma de arranjar o pagamento, hoje não temos dinheiro para pagar”, afirma o presidente da ARDAD, que acerca do plano prestacional sugerido pelo IEFPP diz claramente: “Muito honestamente, não temos condições para pagar”.

“Propusemos pagar em 60 meses, mas na última reunião que tivemos com o IEFPP foi-nos dito que todas as demais instituições já tinham a situação, mais ou menos, regularizadas e que não poderia ser mais de 60 meses. Disse-lhes que não podíamos pagar e, então, foi-nos dito que, excepcionalmente, o prazo podia ser de 72 meses”, acrescenta Luís Carlos Marques, tesoureiro da ARDAD.

E não fosse esta situação que pende sobre a instituição, segundo Mário Montes, “a saúde financeira não é famosa, mas é estável”, revelando: “Melhorámos muito em termos contabilísticos a nossa situação, porque tínhamos capitais próprios negativos há uns anos e reduzimo-los fortemente e estamos agora numa situação mais estável, por exemplo, do que no início do meu mandato. Não nadamos em dinheiro, mas temos a contabilidade estabilizada”.

Para o líder da ARDAD, o facto de só ter como resposta a formação profissional é castradora para a instituição e também para a população.

“Sendo a formação profissional a nossa única valência, trabalhamos numa base de «despesa feita-despesa recebida» e, portanto, temos uma gestão muito cuidadosa e não podemos dar passos maior do que a perna”, para além de que “as respostas para pessoas com deficiência no sul do distrito de Vila Real são escassas e as que há não têm capacidade de acolher pessoas”.

Nesse sentido, Mário Montes defende que “a formação profissional é importante, mas falta outro tipo de respostas para esta população”.

Apesar da situação difícil por causa da dívida, o presidente da instituição não acredita no seu fecho.

“Quero crer que não pela necessidade que existe. Não podemos baixar os braços numa luta destas e temos que arranjar uma forma de dar resposta e de poder assegurar os meios de financiamento que nos permitam resolver esta situação. Sendo que esta foi uma situação específica da região norte. Não podemos deixar estas pessoas desamparadas”, sustenta.

Por isso mesmo, e apesar das dificuldades, os responsáveis pela ARDAD apostam no futuro e



pretendem inaugurar ainda este ano um CAO e sonham ainda com o projeto do Lar Residencial com Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) associado.

“Neste momento já estamos a avançar para a criação de um CAO e temos em andamento um projeto um bocadinho mais ambicioso para a criação de um lar residencial e de uma estrutura de CAO associada, mas que está a aguardar a abertura de programas de financiamento”, revela Mário Montes, adiantando que este é um projeto que conta com o apoio da Câmara Municipal, “que está a fazer as obras de adaptação do CAO que pretendemos abrir”.

Para o presidente da ARDAD, “o problema desta instituição foi ter começado com a formação profissional, que é uma resposta paga, o CAO é a pagar” e explica: “Há muitas famílias que trazem aqui os seus familiares com deficiência a pensarem que isto é um CAO. Não têm noção que vêm frequentar um curso em que têm obrigações de frequência, assiduidade e aproveitamento. Hoje, temos muita gente que frequenta a ARDAD, os chamados utentes ocupacionais, que anda aqui enquanto CAO, mas que tem uma resistência muito grande em pagar uma participação. Agora, o CAO é uma resposta muito necessária nesta região, pois há pessoas que vão, por exemplo, para a APPACDM de Vila Real”.

Para tentar obstar às questões financeiras, a ARDAD já apresentou uma candidatura ao PROCOOP, porém não foi acolhida, pois a resposta ainda não estava em funcionamento, o que era um dos requisitos.

“No entanto, temos alguma abertura por parte do Centro Distrital da Segurança Social de Vila Real para que, assim que as obras estiverem completas e o equipamento devidamente legalizado, haja a possibilidade de criar um pequeno acordo de cooperação. Está pensado para 14 utentes, apesar da escola onde será instalado ter um andar superior disponível, mas



que ainda não será intervencionado. Vamos por fases, primeiro com 14 e depois pensaremos em alargar, até porque estou seguro que estas 14 vagas vão lotar num instante”, afirma Mário Montes.

A ARDAD já em 2010 teve aprovado um financiamento comunitário para a construção de um lar residencial. Era uma participação de cerca de 600 mil euros, mas a obra custava o dobro e não avançou.

“Agora, refizemos o projeto de arquitetura, que já está aprovado pela Segurança Social, e estamos a aguardar a abertura de candidaturas”, afirma Mário Montes, esperançado que a instituição vai conseguir concretizar o sonho de todos na região do Douro.

COMUNIDADE VIDA E PAZ, LISBOA

## Espetáculo «às escuras» no Casino Estoril para ajudar quem está em situação de sem-abrigo

No próximo dia 17 de outubro, Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, a partir das 21h00, a Comunidade Vida e Paz assinala a data com um espetáculo de solidariedade, no Salão Preto e Prata, do Casino Estoril, mostrando aos portugueses que as pessoas em situação de sem-abrigo são mais do que aquilo que se vê... nas ruas!

O evento conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República e irá unir artistas nacionais de diferentes vertentes artísticas com uma performance nunca antes vista.

Em versão teatro musical, a Comunidade Vida e Paz, a produtora Bythemusic e o Casino Estoril pretendem demonstrar que “não importa aquilo em que as pessoas se tornaram, mas aquilo que realmente são”.

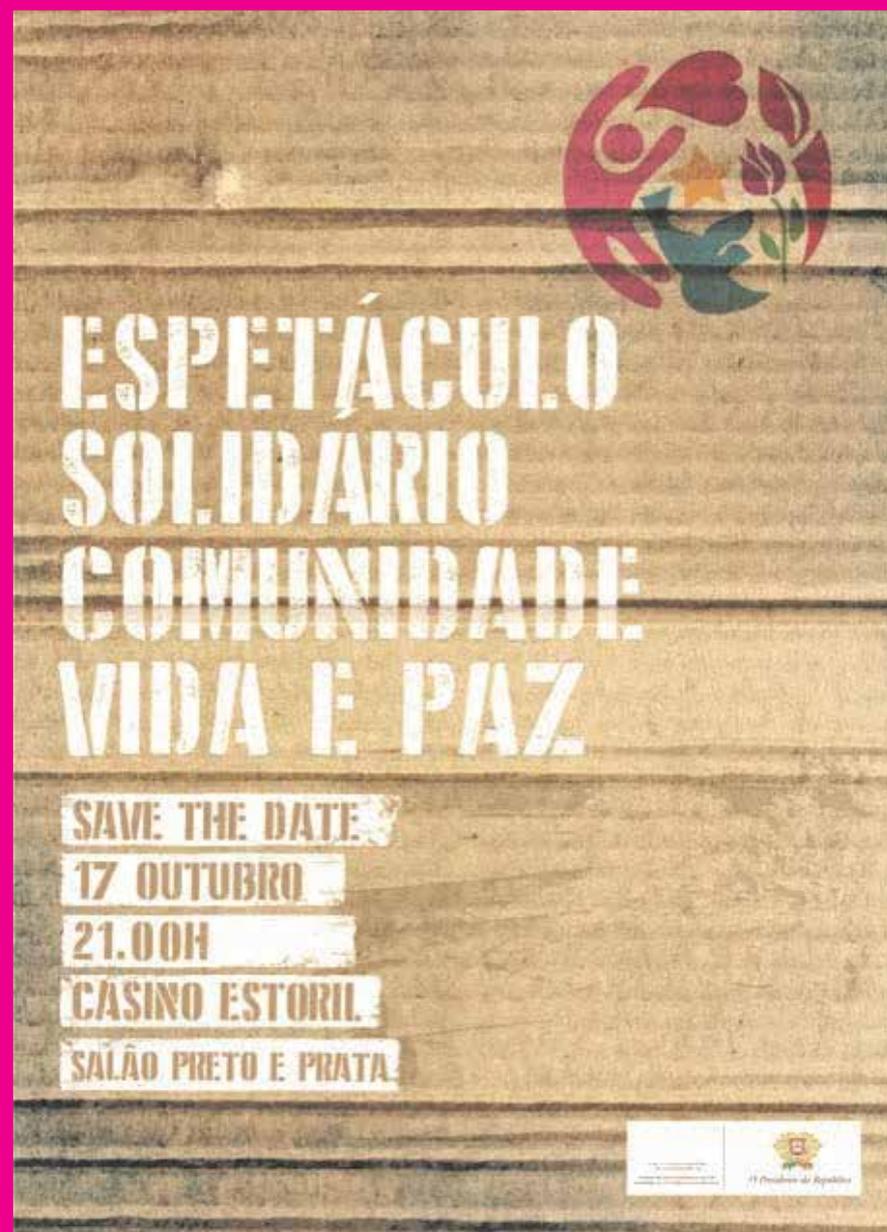
Nesse sentido, este é um espetáculo «às escuras». Ou seja, tentando colocar todo o enfoque na causa das pessoas em situação de sem-abrigo, a instituição tomou uma decisão arriscada, optando por não revelar os nomes dos artistas que subirão ao palco.

“Decidimos não desvendar quem são os artistas para ir ao encontro do conceito do evento «não importa aquilo em que as pessoas se tornaram, mas aquilo que realmente são»”.

Henrique Joaquim, diretor-geral da Comunidade Vida e Paz, apela à participação e envolvimento de todos os portugueses e sustenta ter apenas um objetivo em relação à iniciativa de solidariedade: “Gostava que, quem for assistir a este espetáculo, saia a reconhecer que antes de estarem sem-abrigo são pessoas com dignidade, capacidades e sonhos”.

Os bilhetes estão à venda na Ticketline e no Casino Estoril e variam entre os 15 e os 25 euros, revertendo na íntegra para a Comunidade Vida e Paz.

“Junte-se a nós nesta diferença de se sentirem parte de um sonho que pode mudar a sua visão do que é estar em situação de sem-abrigo” é o apelo da Comunidade Vida e Paz.



PRÊMIO BPI “LA CAIXA” SOLIDÁRIO 2019

## 750 mil euros para 23 instituições promoverem a inclusão e a reinserção dos mais vulneráveis

Salientando o mérito, o esforço e a humanidade dos responsáveis, funcionários e voluntários das instituições premiadas, António Barreto, presidente do júri do Prémio BPI “la caixa”, deu as boas-vindas e os parabéns aos distinguidos.

No passado dia 18 de setembro, o BPI e a Fundação “la caixa” entregaram o Prémio BPI Solidário, num total de 750 mil euros para financiar 23 projetos destinados a facilitar a transição ou reinserção na vida ativa de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

Os projetos distinguidos revelam várias respostas sociais, como a educação inclusiva, o combate ao desperdício alimentar, as iniciativas de musicoterapia, a capacitação, a saúde, o empreendedorismo ou a empregabilidade.

No total, foram recebidas 132 candidaturas nesta que foi a quarta edição do BPI Solidário e que foram avaliadas segundo critérios de qualidade,

sustentabilidade e relevância dos projetos.

Este ano, foram 23 as instituições distinguidas pela apresentação dos projetos mais interessantes para o júri do Prémio BPI Solidário 2019. A saber: Ajuda de Mãe - Associação de Solidariedade Social; Associação Cozinha Solidária e Refeições com Alma; Associação das Aldeias de Crianças S.O.S. de Portugal; Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso; Associação Menos HUB; CAIS - Associação de Solidariedade Social; Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Arrentela; Comunidade Vida e Paz; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Arcos de Valdevez; Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária; Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social - IDIS; Leigos para o Desenvolvimento; Leque - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais; Mundo a Sorrir - Associação de

Médicos Dentistas Solidários Portugueses; O Companheiro - Associação de Fraternidade Cristã; Pais em Rede - Associação; PASEC - Plataforma de Animadores SocioEducativos e Culturais; Querer Ser - Associação para o Desenvolvimento Social; Re-food 4 Good - Associação; Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande; Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro; Sociedade Artística Musical dos Pousos; e Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil.

No âmbito dos cinco prémios BPI “la caixa” - repartidos por áreas de intervenção social que abrangem a deficiência ou incapacidade permanente (Capacitar), os mais velhos (Seniores), jovens e adultos (Solidário), os mais novos (Infância) e meios rurais (Rural) -, desde 2010, já foram atribuídos 12,7 milhões de euros a 435 projetos sociais que beneficiaram cerca de 120.000 pessoas em situação de vulnerabilidade.

FUNDAÇÃO DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR, POMBAL

# «Envelhecimento + Ativo e Saudável» é o tema para debate em Abiul

Vai já para o quarto ano consecutivo que a Fundação Dr. José Lourenço Júnior, em conjunto com a Junta de Freguesia de Abiul, Pombal, vai promover, no próximo dia 16 de outubro, um seminário no âmbito das celebrações do Dia Internacional da Pessoa Idosa.

Os trabalhos decorrerão no auditório da Junta de Freguesia e o tema a ser tratado e debatido é o «Envelhecimento + Ativo e Saudável».

O seminário é alargado à comunidade sénior e público em geral, tendo em vista suscitar o debate sobre a promoção de uma vida mais ativa e independente, como meio de prevenção das fragilidades em idades avançadas.

Por isso pretende abordar temas como o estilo de vida ativo e saudável ou as novas

tecnologias, entre outros.

A participação é gratuita, mas de inscrição obrigatória e pode ser feita das seguintes formas: no Lar Otilia Lourenço, em Abiul; por telefone para o número 236 920 800;

por email - [envelhementomaisativo.abiul@gmail.com](mailto:envelhementomaisativo.abiul@gmail.com); ou ainda pelo link <https://forms.gle/QUaWSGrwSMbD8MdL8>.

Para tratar o tema do Painel I, «Envelhecimento Ativo: que presente, que futuro?», sob moderação de Ana Maria Cabral, vereadora do Desenvolvimento Social de Pombal, estarão: Ricardo Crispim, assistente social e educador social, «Os desafios do Serviço de Apoio Domiciliário de hoje e de amanhã»; Isabel Mourão, da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima/Instituto Politécnico de Viana

do Castelo, «Horticultura Social e Terapêutica em cuidados geriátricos»; José Manuel Silva, da Escola Superior Saúde Santa Maria e ainda da Caregivers Portugal, Associação Portuguesa de Cuidadores, «Formação e carreira: o papel dos cuidadores no estímulo ao envelhecimento ativo e saudável»; Luísa Conceição e Rita Silva, do Lar Otilia Lourenço, «Envelhecer na Holanda... uma visão diferente no cuidar»; e Flávia Rodrigues e Natália Machado, da Cáritas Diocesana de Coimbra, «Projetos de Ambient Assisted Living em prática – DAPAS».

O segundo painel será dedicado a partilha de «Boas práticas em curso», terminando a sessão com a entrega dos prémios do II Concurso de Fotografia «Afetos na Velhice».

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

# UCCI assinalou cinco anos de existência com dois dias de atividades e formação

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) da Santa Casa da Misericórdia de Bragança assinalou o quinto aniversário, ao longo de dois dias, com um conjunto de atividades dedicadas aos cuidadores informais, profissionais de saúde e utentes das IPSS.

No primeiro dia, nove instituições participaram no campeonato de estimulação cognitiva e sensoriomotora, destinado aos utentes das várias IPSS da cidade, com o objetivo que criar novos estímulos e experiências aos participantes.

Durante todo o dia, e divididos por equipas, os utentes eram postos à prova através dos vários sentidos, como o olfato, a audição, o tato, o paladar e a destreza.

Mais do que uma competição, “foi um dia de convívio, aprendizagem e troca de experiências entre todos os participantes”, sustentou a diretora-técnica da UCCI, Susete Abrunhosa.

Do programa destaque ainda para os laboratórios temáticos e workshops sobre diversos temas de saúde relacionados com cuidados continuados, onde foram abordados alguns casos clínicos, que aconteceram no segundo dia das celebrações.

“Foram dois dias dedicados à saúde e, essencialmente, à aprendizagem de novos conceitos e ao reforço de competências dos cuidadores informais”, explicou Susete Abrunhosa, que fez um balanço muito positivo dos cinco anos de existência da UCCI: “Já recebemos cerca de 860 utentes nas diferentes tipologias,



maioritariamente do distrito, e somos considerados um equipamento de saúde de excelência a nível nacional”, sublinhou.

Recorde-se que a UCCI, resposta social da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, abriu portas em setembro de 2014 e tem atualmente,

30 camas na tipologia de Unidade de Longa Duração e Manutenção, 25 camas na Unidade de Média Duração e Reabilitação e, mais recentemente, 12 camas em regime privado. E, desde a abertura, ambas as tipologias têm lista de espera.

ONU DIZ QUE É UM MARCO IMPORTANTE

# Lei de Bases da Habitação entrou em vigor

A Organização das Nações Unidas (ONU) considerou “um marco importante” a implementação da primeira Lei de Bases da Habitação em Portugal, que entrou em vigor a 1 de outubro, saudando o novo diploma.

“Estou satisfeita por, de acordo com as obrigações internacionais de direitos humanos, a lei ter como alvo aqueles que necessitam particularmente de habitação com condições, incluindo famílias com crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos”, disse Leilani Farha, relatora especial das Nações Unidas para questões de habitação.

Na nota publicada na página ‘online’ da ONU, é referido o facto de a lei implementar uma “recomendação essencial” apresentada pela relatora especial, após a sua visita a Portugal entre 05 e 13 de dezembro de 2016, quando pediu a adoção de uma lei nacional de habitação que “refletisse os padrões internacionais dos direitos humanos”.

“Congratulo-me com o facto de que também fornece proteção adicional a grupos vulneráveis, como pessoas em condição de sem abrigo e vítimas de violência de género, outra recomendação incluída no meu relatório”, explicou, adiantando que os sem abrigo “não podem ver

negados os serviços sociais ou outros por falta de morada, como às vezes acontece”.

A nova Lei de Bases da Habitação de Portugal enfatiza que o Estado deve garantir a habitação como um direito humano e que as políticas públicas de habitação devem seguir os princípios de universalidade e participação do cidadão. Também inclui proteções contra a discriminação habitacional por uma ampla gama de motivos.

Num aspeto que Leilani Farha considera uma “disposição crucial”, a nova lei “proíbe qualquer despejo de pessoas vulneráveis, a menos que o Estado possa fornecer acomodações alternativas adequadas”. “Também fornece medidas de proteção para pessoas em risco de despejo, como consultas, informações, assistência e acompanhamento judiciais, bem como a proibição de realizar despejos à noite”, sublinha a responsável na mesma nota.

De acordo com Leilani Farha, é importante que essas disposições sejam “interpretadas e aplicadas de maneira consistente com os padrões internacionais de direitos humanos na área de despejos forçados”.

“Num país onde o financiamento da habitação se instalou, ficou feliz por ver que a Lei de Bases inclui uma disposição sancionatória para

os proprietários que deixarem as suas casas vazias”, disse Leilani Farha, assumindo, no entanto, que as medidas “podem não ser amplas o suficiente para garantir que a habitação em Portugal permaneça acessível para os necessitados, mas que se trata de um passo na direção certa”.

A relatora especial prometeu ainda continuar a prestar atenção às questões da habitação, de forma a garantir que “as disposições relativas ao acesso à justiça por violações do direito à habitação, incluindo reclamações a um Provedor, sejam totalmente implementadas, sem as quais o direito à moradia não será garantido”.

Leilani Farha lembrou ainda que o mundo está a testemunhar uma “crise imobiliária sem precedentes, com casas cada vez mais inacessíveis em muitas cidades tanto do norte, como do sul, com o aumento de pessoas em condição de sem abrigo por toda a parte, além de despejos e deslocamentos forçados que continuam impunemente”.

“Está na hora dos Estados enfrentarem o problema de frente. Estou a ver uma nova onda de reconhecimento pelos Estados do direito à moradia no direito interno. Incentivo outros Estados a seguir o exemplo de Portugal”, conclui a relatora especial da ONU.



OTIMIZE OS PROCESSOS administrativos e MELHORE A GESTÃO estratégica da sua instituição.

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

|                  |                  |              |                               |                                  |
|------------------|------------------|--------------|-------------------------------|----------------------------------|
| SALÁRIOS         | UTENTES          | SÓCIOS       | PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE  | PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL        |
| TESOURARIA       | CONTABILIDADE    | STOCKS       | REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS | APOIO DOMICILIÁRIO               |
| CLÍNICA          | BLOCO OPERATÓRIO | INTERNAMENTO | PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA         | UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS |
| RECURSOS HUMANOS | IMOBILIZADO      | MAILING      | ESCALAS DE SERVIÇO            | VIATURAS                         |

**ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS AO PROCESSO DE FATURAÇÃO DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL**  
 DECRETO-LEI N.º 28/2019 de 15 de fevereiro  
 FALE CONNOSCO!!!

**esocial**  
 NOVA PLATAFORMA WEB para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.  
 100% WEB

## FATOR DE SUSTENTABILIDADE

# 60 anos de idade e 40 de contribuições garantem reformas sem penalização

Os trabalhadores do privado e os funcionários públicos podem reformar-se, a partir de hoje, aos 60 anos sem o corte de 14,7% do fator de sustentabilidade desde que tenham, nessa idade, pelo menos 40 anos de contribuições.

Em causa está uma norma do Orçamento do Estado para 2019 (OE2019) que prevê o fim do fator de sustentabilidade para os novos pensionistas da Segurança Social que reúnam a condição de, aos 60 anos, atingirem 40 anos de carreira enquanto durar essa idade.

Esta medida entrou em vigor em janeiro, porém nessa altura abrangia apenas quem tinha pelo menos 63 anos de idade, passando agora a abranger as pessoas com 60 anos.

Outra das novidades, além da descida do limite de idade, é que o regime passa a abranger a partir de hoje os funcionários públicos cujas reformas são pagas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA). Até agora, o regime só estava disponível para os trabalhadores que descontam para a Segurança Social.

Na CGA, as novas regras aplicam-se aos pedidos de reforma pendentes, segundo o diploma.

Com o novo regime, os funcionários públicos e os trabalhadores que descontam para a Segurança Social que tenham pelo menos 60 anos de idade e que, enquanto tiverem essa idade, completarem pelo menos 40 anos de serviço, passam a ter acesso à aposentação

antecipada sem aplicação do fator de sustentabilidade, que corta atualmente 14,7% do valor da pensão.

Contudo, mantém-se a penalização de 0,5% por cada mês de antecipação face à idade legal de reforma, que este ano é de 66 anos e cinco meses, ou face à idade pessoal da reforma.

O conceito de idade pessoal de reforma, que é criado com o novo regime, permite que cada trabalhador possa, em função do seu tempo de serviço, adequar a sua idade de aposentação.

A idade legal de reforma (66 anos e cinco meses) é assim reduzida em quatro meses por cada ano a mais do que os 40 anos de carreira.

Na função pública, tal como na Segurança Social, os regimes já existentes de reforma antecipada foram mantidos e vão vigorar em paralelo com as novas regras, sendo aplicado o princípio do mais favorável.

No entanto, este regime será reavaliado “no prazo de cinco anos”, estabelece a nova legislação.

Na prática, significa que, no caso da função pública, os trabalhadores podem, por enquanto, continuar a reformar-se a partir dos 55 anos de idade desde que nessa altura tenham pelo menos 30 anos de carreira, sendo-lhes aplicados os dois cortes: o fator de sustentabilidade e a penalização de 0,5% por mês face à idade exigida.

Já na Segurança Social, a reforma antecipada com

os dois cortes também continua acessível a quem tenha 60 anos de idade e pelos menos 40 de descontos, não sendo neste caso necessário cumprir esta dupla condição em simultâneo. Por exemplo, uma pessoa com 62 anos e 40 de carreira pode reformar-se ao abrigo destas regras.

O regime que entrou em vigor corresponde à última fase de um processo de flexibilização da idade da reforma iniciado em outubro de 2017, quando as pessoas com 60 de idade e 48 de descontos ou com 60 anos de idade e pelo menos 46 de carreira (tendo iniciado os descontos com 14 ou menos anos de idade) passaram a ter acesso à reforma sem cortes.

Um ano depois, em outubro de 2018, este regime das muito longas carreiras foi alargado a quem tem 60 anos de idade e pelo menos 46 de descontos e tenha começado a trabalhar com 16 anos ou menos.

Por concluir ficou a norma do OE2019 que ditava que o Governo iria “avaliar a compatibilização do novo regime com regimes específicos de acesso às pensões” como o dos desempregados de longa duração ou o de profissões de desgaste rápido.

Em junho, no parlamento, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, garantiu que estava “a terminar a avaliação técnica” e que “muito brevemente” iria apresentar uma proposta nesse sentido.

## PORTUGAL NO CORAÇÃO

# 15 emigrantes viajam até Portugal que não visitam há pelo menos 20 anos

O programa “Portugal no Coração” vai levar 15 emigrantes portugueses no estrangeiro que não visitam o país há mais de vinte anos a redescobrirem o país natal, numa viagem de turismo entre 11 e 20 de novembro.

O programa, válido apenas para emigrantes de fora da Europa, é promovido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do gabinete do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, através da Fundação Inatel, e pela TAP Portugal.

“A iniciativa destina-se a contemplar com uma visita a Portugal aos cidadãos nacionais que pela sua situação económica, pelo avançado da idade e pela distância que os separa da sua terra natal, dificilmente o poderiam fazer pelos seus próprios meios”, disse à Lusa fonte oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As candidaturas terminaram em 30 de setembro e estão agora a ser avaliadas pelo gabinete do secretário de Estado das Comunidades

Portuguesas, a quem cabe selecionar os emigrantes que vão beneficiar do programa. A decisão deverá basear-se na proposta do júri designado pela Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), que executa o programa.

Entre os requisitos de candidatura estão idade igual ou superior a 65 anos, condição física que lhes permita viajar autonomamente e um período de mais de vinte anos sem visitar Portugal.

O regulamento indica, no entanto, que os candidatos que cumpram estes requisitos mas tenham condições económicas vantajosas não serão considerados, visto que o programa pretende fazer a ponte com os emigrantes que estão afastados de Portugal por falta de meios.

Existe ainda a possibilidade de alargar a temporada de estadia após o programa, caso o emigrante tenha familiares ou amigos que possam suportar os encargos de alojamento.

O programa promete dar a conhecer “museus modernos e monumentos históricos”,

proporcionar “os pratos e doçaria que fazem da gastronomia portuguesa uma das melhores do mundo” e mostrar aos emigrantes “o quanto o seu país natal mudou”, numa viagem em pensão completa na companhia de outros portugueses da diáspora.

De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, este programa foi criado em 1996 e interrompido apenas em 2015 “por falta de candidatos em número suficiente para a realização da edição anual”.

Na Califórnia, onde se concentra a maior comunidade luso-americana dos Estados Unidos, o presidente da coligação de luso-americanos na Califórnia (CPAC), Diniz Borges, referiu que o conhecimento do programa é escasso, mesmo que haja emigrantes que se qualificam no âmbito dos requisitos.

As contas do MNE indicam que, desde o seu início, o programa “Portugal no Coração” já levou a Portugal 840 emigrantes residentes em 25 países, incluindo dos Estados Unidos e Canadá.

MANUEL MOREIRA, PRESIDENTE DA OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL, PORTO

# Temos como objetivo principal dar sustentabilidade à ODPS

Quando, ao cabo de 12 anos, deixou a presidência da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, de onde é natural, Manuel Moreira assumiu o fim da longa carreira política. Foi deputado na Assembleia da República, Governador Civil do Porto e sempre teve uma hiperatividade partidária que o levou a inúmeras tarefas e funções.

Mal imaginava que o novo Bispo do Porto lhe preparava um convite que dificilmente poderia recusar. D. Manuel Linda convenceu o ex-presidente da Câmara do Marco de Canaveses a assumir a liderança do conselho de administração da Obra Diocesana de Promoção Social para o quadriênio 2019-2022.

Foi nomeado pelo Bispo e assumiu as funções a 28 de janeiro de 2019.

A Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS) é uma IPSS fundada pela Diocese do Porto, em 1964, a pedido da Câmara Municipal. Hoje atravessa um período conturbado com um processo judicial instaurado pelo Ministério Público e com dificuldades financeiras evidentes.

Manuel Moreira tem mais uma missão difícil nas mãos.

## O que é a Obra Diocesana de Promoção Social?

A ODPS tem 55 anos na cidade do Porto, nos bairros sociais, e é muito pouco conhecida na própria região e no país. Não sei se é a maior IPSS de Portugal, não tenho forma de comparar, mas pelo que me disseram, sobretudo quando era governador civil, é uma das maiores... Atualmente tem cerca de dois mil utentes e 370 colaboradores para a ODPS prestar o melhor serviço, desde as crianças quando nascem até às pessoas com 100 anos, porque temos cerca de 60 respostas sociais. Temos boa relação com a Segurança Social com a qual mantemos estes acordos. Nós temos 12 centros sociais, cinco estão na freguesia de Campanhã, três na freguesia de Paranhos, três em Lordelo do Ouro e Massarelos, um em Aldoar, Nevogilde e Fonte da Moura. Temos nove creches, nove estabelecimentos de educação pré-escolar, seis centros de atividades e tempos livres, seis centros de dia e convívio, dez serviços de apoio ao domicílio (sete dias por semana) e um CAFAP. Temos cantinas sociais. É uma dimensão considerável e precisamos de continuar a aumentar o número de utentes. Temos como objetivo dar sustentabilidade à ODPS. Ela faz bem e precisamos que ela continue por muitos anos.

## Que estratégia definiu para o conseguir?

Precisamos de ganhar mais pessoas para a Obra. Mais utentes para cumprir integralmente os acordos com a Segurança Social. Não estavam a ser cumpridos o que nos obriga a uma devolução de 25 mil euros por mês. Não temos ainda as respostas sociais todas preenchidas. Os estatutos preveem uma Liga de amigos que não existia. Já



foi aprovada a sua criação, foi designada a direção, o chefe Hélio Loureiro é o presidente da Liga de Amigos da Obra Diocesana, e estamos a tentar convidar um conjunto de cidadãos para a integrar. Precisamos de ajuda, quer financeira quer de equipamentos e materiais para as diversas valências. Já uns anos que temos uns serviços centrais, com 12 colaboradores, e temos em cada centro social um coordenador que é responsável pelo funcionamento. Eu gosto de estar onde está a obra. Tenho-me desdobrado em visitas pelos 12 centros sociais porque é isso que gosto de fazer, mas a situação da ODPS obriga-me a passar muito tempo nos serviços centrais, em serviço administrativo, em reuniões com parceiros, como a Câmara do Porto onde temos assento no Núcleo Executivo da Rede Social do Porto. Neste momento há um esforço grande para atrair pessoas, empresas e empreendedores para a nossa Liga de Amigos. Vamos organizar um jantar de solidariedade, no dia 22 de Novembro, na Alfândega do Porto, esperando ter lá umas centenas de pessoas para ver se conseguimos angariar fundos para comprar uma carrinha. As nossas dificuldades estão a esse nível.

## A ODPS está a passar por graves dificuldades...

Quando assumi estas funções não tinha a plena informação da situação financeira. Nestes oito meses já fizemos alguma recuperação e temos trabalhado muito em equipa. A Obra Diocesana somos todos nós. Temos que fazer com que todos se



sintam integrados também nesta fase mais difícil. Quando cheguei havia um desequilíbrio de alguns milhares de euros por mês o que é preocupante. Já conseguimos reduzir. Mas a verdade é que nunca teremos saldo zero. Numa instituição desta natureza a principal preocupação não são as contas é o serviço social.

## O Estado ajuda pouco?

Acho que sim. Faço parte da Misericórdia de Gaia há muito tempo e conheço bem quais são as condicionantes. O Estado já apoiou mais do que apoia hoje. O aceitável é que a Segurança Social participe com pelo menos 50 por cento. O desejável é que fosse da ordem dos 60 por cento como já chegou a ser, em tempos. Estamos longe



disso. O estudo da CNIS, muito bem feito, demonstra que os apoios do Estado variam entre os 38 e os 40 por cento, longe daquilo que deveriam ser os mínimos. Estou certo que o governo assuma maiores responsabilidades nesta parceria estratégica

entre o Estado e as IPSS. Houve agora a assinatura de um acordo que me pareceu muito importante e que saúdo. Houve um aumento de 3,5 por cento com efeitos retroativos a janeiro que nos deu uma ajuda considerável. As instituições desta natureza reconhecem que não têm meios para desenvolverem a sua ação, sobretudo aquelas que são eminentemente sociais, como a ODPS, que tratam dos mais desfavorecidos.

#### **E a Câmara do Porto tem ajudado?**

É para nós um parceiro incontornável para podermos cumprir a nossa missão social e humana na cidade. Os edifícios onde funcionam os nossos serviços sociais são todos propriedade da Câmara Municipal do Porto. A ODPS foi criada em 1964 e foi a autarquia que foi disponibilizando edifícios para a ação social, através de protocolos de cedência. Essa foi desde logo uma grande ajuda. Depois havia apoios para a manutenção e apoios financeiros. Desde 2015 que o protocolo não tem sido renovado e não tem havido ajuda à atividade da Obra Diocesana. Nesse sentido, já fiz reuniões com a autarquia apelando a que o protocolo seja renovado, com um subsídio para equilibrar as contas e dar sustentabilidade à Obra Diocesana e ajudar-nos na requalificação e renovação dos edifícios. Ainda agora temos a oportunidade das candidaturas na área da gestão energética e queremos aproveitá-la.

**Há um processo do Ministério Público que envolve a instituição e a antiga direção. O que é que se passa?**

Não conheço muito bem a situação. Não vivi nem presenciei esse período e não gosto de falar do que não sei. O que eu sei é que temos que lidar com isso. A nossa obrigação é ajudar a resolver os problemas. A ODPS continua a funcionar prestando os serviços sociais a que se comprometeu. Temos insuficiências e deficiências, faltam meios e somos obrigados a assumir esse passado. Houve alguma coisa que não correu bem.

#### **A ODPS é arguida no processo...**

Sim, na sequência de uma inspeção feita em 2012, pela Segurança Social e Finanças. Em 2015 foi concluída a investigação e a Obra Diocesana teve que devolver imediatamente mais de 200 mil euros, nessa primeira análise. Pelos vistos estavam a receber mais do que aquilo a que teriam direito. Havia uma inflação de utentes para tentar aumentar as receitas. Nós continuamos a ser uma instituição de bem. Cumprimos os nossos compromissos. Pagamos aos colaboradores a tempo e horas e aos fornecedores não temos falhado. Para mim é um ponto de honra. Isso dá-nos credibilidade. Mas temos que aumentar as receitas, mais respostas sociais, mais utentes, mais parceiros. A Segurança Social através dos acordos de cooperação dá-nos um apoio de quatro milhões e meio de euros por ano. Só para vencimentos precisamos de seis milhões. Nós acreditamos, somos homens de confiança e acreditamos que a ODPS vai continuar a ser uma IPSS de referência na cidade do Porto. Assim Deus me ajude...

## OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL, PORTO

# Uma IPSS que, afinal, é uma dúzia de centros sociais

Em 55 anos de existência, a Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS) cresceu de tal forma que toca praticamente todo o território da cidade do Porto e quase todas as franjas da população mais vulneráveis da sociedade portuense.

Crianças dos 0 aos 14 anos, pessoas idosas, pessoas reformadas por invalidez (por deficiência ou outra incapacidade), independentemente da idade, agregados familiares carenciados, com necessidade de apoio alimentar e crianças, jovens e famílias em risco psicossocial são os alvos da ação da ODPS, que presta apoio através de 12 centros sociais espalhados por outros tantos bairros sociais da cidade Invicta.

Assim, há cinco equipamentos na Freguesia de Campanhã – Centro Social do Cerco do Porto (Bairro do Cerco); Centro Social do Lagarteiro (Bairro do Lagarteiro); Centro Social de Machado Vaz (Bairro Eng.º Machado Vaz); Centro Social de São João de Deus (antigo Bairro de São João de Deus); Centro Social de São Roque da

Lameira (Bairro de São Roque) –, três na Freguesia de Paranhos – Centro Social do Carriçal (Bairro do Carriçal); Centro Social do Regado (Bairro do Regado); Centro Social de São Tomé (Bairro de São Tomé) –, três na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos – Centro Social da Pasteleira (junto ao Parque da Pasteleira e ao Bairro da Pasteleira Velha); Centro Social de Pinheiro Torres (Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres); Centro Social Rainha D. Leonor (Bairro Rainha D. Leonor) – e um

na União de Freguesias de Aldoar, Foz e Nevogilde – Centro Social de Fonte da Moura (Bairro de Fonte da Moura).

Trabalhando junto da população mais carenciada, é também uma ação em zonas das mais problemáticas da cidade, com muitos problemas sociais associados.

No terreno, a Obra exerce a sua missão, «Promoção do Outro», no propósito de “prevenir, cuidar e tratar, contribuindo de forma solidária para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades em que intervém”.

E a intervenção da ODPS é feita através de nove Creches, nove Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, seis Centros de Atividades de Tempos Livres, nove Centros de Dia/Convívio, 10 Serviços de Apoio Domiciliário, um CAFAP – Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental e duas Cantinas Sociais.

Atende e apoia mais de dois mil utentes, com um quadro de pessoal de 374 trabalhadores.

Na área da infância totaliza 956 crianças apoiadas (336 em creche; 404 em pré-escolar; 216 em ATL), enquanto na vertente da terceira idade (adultas com incapacidade e idosos) ampara 863 seniores (298 em Centro de Dia; 100 em Centro de Convívio; 465 em SAD (255 com apoio todos os dias da semana).

Sete dezenas de famílias, num total de 248 pessoas, são orientadas no CAFAP, enquanto há 57 agregados familiares, num total de 91 beneficiários,

apoiados pelas Cantinas Sociais.

Nas 11 cozinhas da Obra Diocesana são confeccionadas, mensalmente, em média 27.050 refeições, na área dos idosos, e 19.008 para a componente da infância.

Fundada no dia 6 de fevereiro de 1964, a Obra Diocesana de Promoção Social é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que nasceu fruto das vontades conjugadas da Diocese do Porto, da Câmara Municipal do Porto e do Instituto Superior de Serviço Social do Porto. É uma instituição sem fins lucrativos e de utilidade pública, desde 1985, e assume, juridicamente, a forma de Fundação de Solidariedade Social.

O Conselho de Administração é presidido por Manuel Maria Moreira, enquanto o Conselho Fiscal é liderado pelo padre André Aguiar Soares, sendo que os órgãos sociais são nomeados pelo Bispo do Porto.

Inicialmente designada «Obra dos Bairros» e, posteriormente, «Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto», a Obra Diocesana de Promoção Social, assim nomeada desde 1998, iniciou a sua ação social nos bairros sociais no bairro do Cerco do Porto, na freguesia de Campanhã, contando com o apoio da Câmara do Porto ao nível de apoio financeiro e de cedência de instalações para o funcionamento de um centro social.

Esta situação acabaria por repetir-se aquando do desenvolvimento da ODPS e a sua intervenção nos restantes 11 bairros de habitação social.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA  
Economista

## A conectividade como condição de sobrevivência das instituições

O conceito que no século XX mais influência teve na economia global, no mundo do trabalho e na vida dos cidadãos foi a globalização. Embora não tenha sido a primeira experiência do tipo à escala planetária foi seguramente a que teve o maior impacto em todos os tempos e a que gerou transformações mais generalizadas.

O século XXI começou com o advir do conceito da inovação que, em larga medida, só acontece porque houve globalização. A inovação, especialmente na tecnologia, assumiu-se como um movimento que apresenta uma cadência cada vez mais intensa e é, sem dúvida, o fator mais determinante na competitividade das empresas, nas economias, no mundo do trabalho, nas nações, na organização das instituições e na sociedade em geral.

As transformações geradas pela corrida à inovação são cada vez mais claras e a todos os níveis. A nível global, a China afirma-se de modo crescente devido ao domínio que demonstra possuir nas novas tecnologias e, a breve prazo, e devido a esse fator, será a maior potência mundial.

Mas é nas instituições e nas organizações que as consequências do movimento da inovação são mais visíveis e que estão a marcar uma rotura com o passado. Fomos habituados a ver as instituições, sejam públicas ou privadas, organizadas em forma de departamentos e, cada uma delas, organizada de forma hierárquica e vertical. O movimento da inovação veio alterar essa forma tradicional de organização, porque tudo o que nasce como resultado da inovação resulta da interação entre várias áreas de saber, várias especialidades que, anteriormente, nem contacto tinham entre si e que hoje funcionam articuladamente.

O fenómeno da inovação colocou assim o conceito associado à ideia de fronteira, cada vez mais obsoleto. Mesmo as fronteiras físicas entre países tendem a significar cada vez menos, porque, por exemplo, tudo que é associado à ciência e à investigação não conhece distâncias, nem latitudes.

Esta evolução e a velocidade com que acontece, tem consequências, desde logo na organização das instituições, incluindo os aparelhos dos



Estados e na forma de fazer política. Estamos no tempo em que tudo influencia tudo. Estamos no tempo em que o isolamento significa declínio. Estamos no tempo em que estar só é a via mais direta para a insignificância ou mesmo para o desaparecimento.

As políticas públicas podem ser concebidas e “arrumadas” por setores, seja ambiente, saúde, infraestruturas, relações externas, segurança, defesa, justiça, finanças, agricultura, ordenamento do território, educação, etc., mas nunca como hoje se tornou tão necessária uma coordenação eficaz entre essas políticas.

Neste novo tempo, a conectividade é, por isso, condição de sobrevivência de qualquer instituição.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA  
ajsilva@sapo.pt

## A China e o desafio de Hong Kong

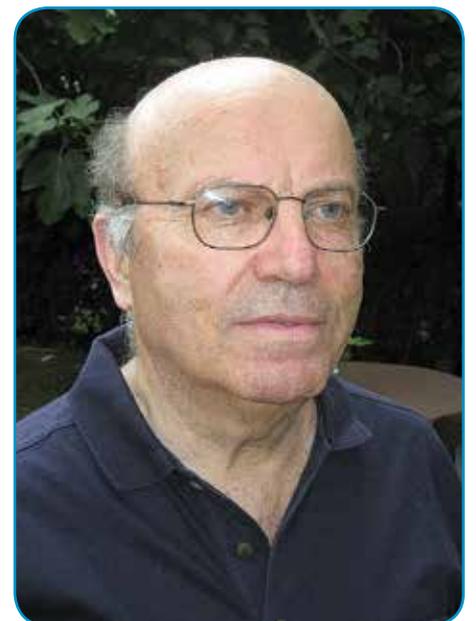
Já lá vão umas largas semanas sobre o início da crise social e política que atingiu Hong Kong, uma crise que, pelo menos aparentemente, ainda está longe de ter chegado ao fim. Trata-se de uma situação difícil que começou com a aprovação da chamada lei de extradição, uma lei que, à partida, permitiria às autoridades de Pequim controlar o sistema judicial que, vigora em Hong Kong, mesmo depois da entrega, em 1997, daquela antiga colónia britânica à soberania da República Popular da China. Esta concessão das autoridades chinesas, aquando das conversações que levaram à transferência da soberania de Hong Kong foi certamente um dos motivos que justificaram a célebre definição de “um país, dos sistemas” que, logo de seguida, também se aplicaria a Macau.

Com o regresso destes antigos territórios à sua soberania, Pequim alcançava pacificamente uma vitória política que até lhe permitia alguma transigência nas negociações de outros problemas, como por exemplo os que diziam respeito ao sistema judicial. Além do mais, essa política de aparente compreensão contentaria uma parte significativa dos seis milhões de habitantes de Hong Kong, habituados como estavam a um sistema

que não tinha nada a ver com a filosofia política da República Popular da China. Entre esses problemas estava o que foi despoletado recentemente por uma nova lei que mexia com a administração da Justiça.

Não obstante a autonomia de que Hong Kong continuou a usufruir nesta matéria, a nova lei acabou por ser aprovada pelo governo da região administrativa e obrigava à transferência dos casos de Justiça para o âmbito do governo central. Teve início então, naquela cidade, um movimento de rejeição popular que conseguiu juntar em protesto multidões que ainda agora, encham ruas e praças da mais rica e famosa cidade da Ásia. Essas manifestações acabaram por levar o governo de Hong Kong a recuar no seu propósito inicial, mas não ultrapassaram esse objectivo, ao contrário do que pensariam e desejariam muitos dos seus mentores.

A política chinesa é historicamente conhecida pela prática da paciência, característica que tudo indicava seria aplicada na gestão desta crise. Só que os cidadãos de Hong Kong também demonstraram uma capacidade reivindicativa pelo



menos igual, e não deram sinais de desistir dos seus protestos contra a aplicação de uma nova lei que lhes retirava o direito à política judicial que vinha do tempo da administração britânica. E deram provas de tamanho apego a essa lei que a governadora da cidade acabou por desistir da sua aplicação. Foi uma derrota política contra a qual as autoridades de Pequim se tinham acautelado, ao conseguirem que a nova lei fosse aprovada pelo governo daquela região administrativa especial. Apesar desta cautela, o regime sofreu uma inegável derrota política. Pelo menos para já.

**HENRIQUE RODRIGUES**

*Presidente do Centro Social de Ermesinde*



# Maioria/Minoria

**1** - É geralmente reconhecido que o melhor mandato de Cavaco Silva como Primeiro-Ministro foi o primeiro – Governo minoritário, como estamos lembrados.

Ambos os mandatos de António Guterres como Primeiro-Ministro foram exercidos com maioria relativa no Parlamento – tendo o episódio do queijo limiano ficado como metáfora, infeliz, dos arranjos que foi necessário fazer para assegurar uma maioria parlamentar que desse o seu aval à governabilidade do País.

(Não obstante a censura generalizada que então zurziu o deputado Daniel Campelo, de Ponte do Lima, continuo ainda hoje a pensar que ele cumpriu com maior fidelidade aos seus eleitores o seu dever de deputado às Cortes defendendo os interesses da sua terra, negociando vantagens para a Vila Mais Antiga de Portugal em troca do voto favorável no Orçamento de António Guterres, do que abandonando-se a obediência mole ao directório do seu partido.

Diria o mesmo de qualquer outro deputado, seja de que partido for, que tenha do exercício do mandato conferido pelo povo a noção do privilégio da representação democrática dos seus concidadãos, em vez de acenar acriticamente que sim com a cabeça de acordo com as instruções dos chefes.

Ainda aproveitando o parêntesis para outra perspectiva deste excursão, e agora a propósito da campanha eleitoral para as legislativas de 6 deste mês de Outubro, não posso deixar de dar razão a Rui Rio, quando lamentava – no que foi considerado uma declaração infeliz – a progressiva diminuição do nível e qualidade dos deputados a cada nova legislatura que se vai seguindo.

Tem infelizmente razão nessa avaliação, como é do consenso geral – mas, como em muitas outras coisas, é dos únicos a dizê-lo.)

Não foi por serem minoritários que esses Governos de António Guterres deixaram de constituir um formidável instrumento de decompressão política, necessária como transição dos tempos finais do cavaquismo, marcados por um agravamento da crispação política que então tornava os ares irrespiráveis.

Pelo contrário, a sua intrínseca fraqueza parlamentar potenciou o estabelecimento de pontes e de diálogo com todos, o que muito contribuiu para a pacificação do ambiente político.

A que acrescem as invulgares qualidades pessoais de António Guterres, como parece desnecessário dizer.

Por sua vez, nem os Governos de maioria absoluta de Cavaco Silva, nem o de José Sócrates, deixaram saudades, tendo em todos eles sido sensível uma tendência para o exercício excessivo ou abusivo dos poderes conferidos pelos eleitores.

**2** – Tem razão António Costa quando afirma, no discurso da vitória das eleições de domingo

passado, que o voto expresso nas urnas significa que os portugueses gostaram da experiência da geringonça.

Uma das razões por que gostaram foi por a solução ter sido engendrada a partir de um cenário de maioria relativa do PS, em 2015.

Isto é, a partir de um quadro em que nenhum partido podia falar grosso – nem o vencedor! -, sabido que a sensação de poder sem restrições acentua sempre a tendência para engrossar a voz.

Aliás, tivemos uma certa aproximação a esse registo eufórico nos últimos meses, em que as sondagens aproximavam o PS da maioria absoluta e em que pudemos pressentir os demónios da arrogância e do abuso a querer começar a andar à solta.

Creio que o sentido da diminuição das expectativas de voto no PS, nos últimos dias da campanha, que os resultados da votação confirmaram, tem que ver com essa avaliação dos sentimentos dos eleitores.

Quero eu dizer na minha, e para ser mais explícito do que foi António Costa no discurso da vitória, o sentido do voto não foi apenas a afirmação positiva da experiência da geringonça: foi também a afirmação, pela negativa, da rejeição da maioria absoluta.

Houve eleitores habituais do PS que não votaram nesse Partido por receio desse cenário.

Até por saberem, mesmo sendo mais próximos desse Partido, que ele é igual aos outros quando embriagado pelo poder, nos tiques próprios – no abuso desse mesmo poder, na prosápia, na arrogância.

**3** – Eu, por mim, sou um eleitor médio: quero deputados que representem os meus interesses e a minha vontade, mais do que obedientes acrícticos das direcções partidárias; quero um Governo que não me asfixie os direitos, nem me devasse a vida, nem me confisque o resultado do meu trabalho – e que seja afirmativo na ambição para o País, mas modesto e humilde e nos meios para prosseguir essa ambição.

Que faça leis justas – e que seja o primeiro a cumpri-las.

Tinha razão Mário Soares: antes de tudo, a democracia é um regime de contrapesos, contrapoderes e equilíbrios, estruturado e organizado para limitar o poder de quem manda, de quem se deve desconfiar por princípio sanitário.

Como aqui já escrevi em várias ocasiões e a idêntico propósito, prefiro governos fracos, que nos venham comer à mão, ou nos levem ao colo, do que um exercício musculado da governação, como tantas vezes sucede.

Como escrevia Gil Vicente, como mote da Farsa de Inês Pereira: “Antes quero asno que me leve que cavalo que me derrube!”



OBRAS SOCIAIS DO PESSOAL DA CM E SM DE VISEU

# Instituição vai promover o SAAS apostando no conhecimento adquirido na RLIS

As Obras Sociais do Pessoal da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Viseu assinaram um Protocolo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social que visa promover o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

O SAAS é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

Os objetivos deste trabalho são claros: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação;

apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

A nova resposta social funcionará na Rua João Mendes, n.º 51, r/c direito, em Viseu.

Recorde-se que as Obras Sociais já foram,

durante três anos (2016-2019), a entidade coordenadora da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) de Viseu.

Considerando o conhecimento adquirido, no terreno, quanto às premências sociais das famílias, o propósito da instituição é “dar continuidade ao trabalho desenvolvido e, em articulação com os diferentes parceiros, trabalhar para potenciar a integração social dos cidadãos e das famílias acompanhadas e incrementar a densificação da rede social do concelho de Viseu”, pode ler-se na nota emitida pela instituição.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

# «Open day» de rãguebi e caminhada no arranque de mais uma época desportiva

Os mais experientes eram os jogadores da equipa de rãguebi da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), a primeira em Portugal na vertente de «mixed ability rugby», mas todos os cerca de 100 participantes no Open Day do Rãguebi Inclusivo, que aconteceu a 25 de setembro, se empenharam e divertiram ao máximo.

O dia aberto juntou, na Quinta da Conraria, utentes da APCC, da ARCIL - Associação Para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã e das APPACDM de Montemor-o-Velho e de Vila Nova de Poiares, bem como jogadores e treinadores das equipas da Agrária.

Através de diversos exercícios de treino e mini-jogos, muitos experimentaram a modalidade pela primeira vez, aprendendo alguns dos princípios técnicos fundamentais do jogo e, sobretudo, encontrando um ambiente seguro para se expressarem atleticamente.

Todos puderam ainda ficar a conhecer ou aprender mais sobre o «mixed ability rugby», uma vertente em que pessoas com deficiência – indistintamente de qual ela possa ser – partilham o campo com outras sem deficiência, numa perspetiva de inclusão que se aplica também à idade, género ou experiência.

A iniciativa decorreu integrada no projeto da APCC de contribuir para a criação de um movimento verdadeiramente inclusivo, inspirado em alguns dos valores habitualmente associados ao rãguebi, como o companheirismo ou a abnegação.

O objetivo passa ainda por encorajar e apoiar o aparecimento de equipas em outras instituições, bem como encontrar parceiros estratégicos no seio da modalidade.

Neste sentido, o Open Day do Rãguebi Inclusivo serviu também para o anúncio público da parceria com o Comité Regional de Rugby do Centro – que apoiou a organização desta iniciativa e tem vindo a fazer o mesmo com o rãguebi da APCC –, no



sentido de concretizar aquele propósito.

## CAMINHADA

Ao longo de cerca de três quilómetros de muita boa disposição e vários reencontros pós-férias, cerca de uma centena de utentes, colaboradores e voluntários da APCC participaram na 8ª edição da Caminhada do Departamento de Educação Física e Desporto da instituição.

Esta é uma iniciativa que tem vindo a assinalar o início de cada época desportiva e decorreu na Mata Nacional do Choupal, juntando muitos dos atletas que representam regularmente a APCC em competições regionais, nacionais e internacionais de diversas modalidades.

Para além dos atletas, como a triciclista Sandra Semedo, de membros da equipa de natação e de vários dos medalhados nacionais e regionais no boccia, participaram ainda muitos outros utentes da instituição que, não tendo uma atividade competitiva, beneficiam das vertentes do desporto de lazer e manutenção.

As caminhadas do Departamento de Desporto da APCC realizam-se desde 2012 e ajudam a passar a mensagem sobre a importância de combater o sedentarismo e os benefícios da prática desportiva, além de permitirem celebrar o importante lugar do desporto no quotidiano da APCC, enquanto instituição pioneira a nível nacional no desporto para pessoas com deficiência.

LIGA PORTUGUESA CONTRA AS DOENÇAS REUMÁTICAS, LISBOA

# «Viver a (in)Capacidade» é a temática do 22º Fórum de Apoio ao Doente Reumático

A Liga Portuguesa Contra as Doenças Reumáticas realiza, no dia 12 de outubro, o 22.º Fórum de Apoio ao Doente Reumático, com o tema «Viver a (in)Capacidade». A sessão decorrerá no Auditório do Centro Cultural Franciscano, em Lisboa.

A intenção da Liga é abordar a temática dos apoios disponíveis na capacitação para o trabalho (escolar, profissional ou doméstico), recursos profissionais para pessoas com incapacidade, a prevenção, a legislação laboral e ainda o impacto emocional aliado a limitações provocadas pelas doenças reumáticas.

A inscrição no fórum é gratuita, mas obrigatória e pode ser feita no endereço <http://www.lpcdr.org.pt/inscricao-forum/view/form>.

A manhã será preenchida pelo primeiro painel, intitulado «Para além das limitações». Contará com moderação de Catarina Marques, vice-presidente da LPCDR e terá como preletores: Dália Piedade (ANDAI - Associação Nacional de Doentes Com Artrites e Reumatismos da Infância) sobre «Necessidades de saúde especiais: suporte à aprendizagem e à inclusão para crianças e jovens com doenças reumáticas»; Ana Rita Vilhena (INR - Instituto Nacional para a Reabilitação) acerca do «Sistema de Atribuição dos Produtos de Apoio (SAPA), seus objetivos

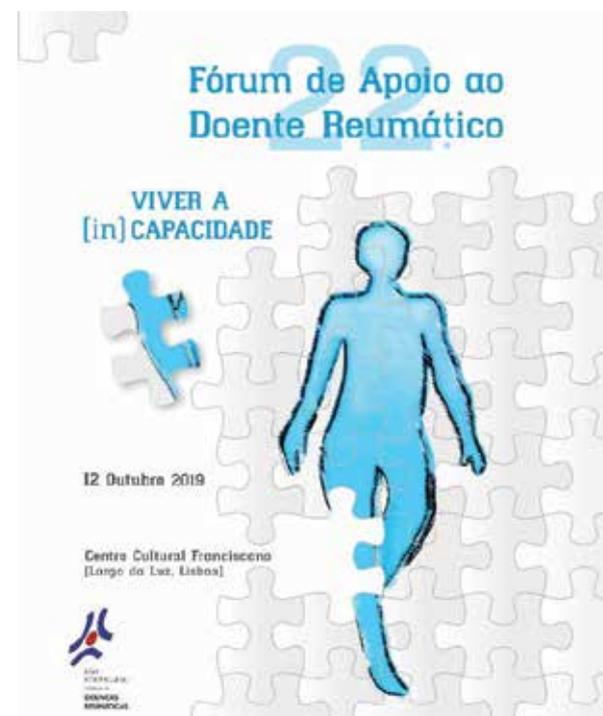
e diferentes parceiros e serviços

Envolvidos); Leonardo Conceição (IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional) sobre «Reabilitação Profissional: Acesso aos apoios disponíveis»; e Ester Rosa (Associação Salvador) sobre «Desafios no emprego de pessoas com deficiência motora».

Já da parte da tarde, o programa prevê os painéis 2 e 3, respetivamente, «Prevenir a incapacidade na vida laboral» e «Autoestima, Emoções e Afetos: conversas soltas».

Elsa Mateus, presidente da Liga Portuguesa Contra as Doenças Reumáticas, irá moderar o painel 2, onde serão abordadas temáticas como «Literacia em Saúde Ocupacional e prevenção das lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho», por José Manuel Rocha Nogueira (coordenador do PNSOC - Programa Nacional de Saúde Ocupacional); «Doentes Crónicos: Proteção legal no mercado de trabalho», por Mariana Pinto Ramos (VdA - Vieira de Almeida & Associados); e «Abordagens da Medicina Social», por AJ Oliveira Pedro (médico de família e de Medicina Desportiva com Pós- Graduação em Medicina Social).

Para abordar o tema da «Autoestima, Emoções e Afetos: conversas soltas», e sob moderação de Ricardo Fonseca (presidente da MYOS - Associação Nacional Contra a



Fibromialgia e Síndrome de

Fadiga Crónica), estarão na mesa Mafalda Ribeiro (comunicadora e autora), Margarida Fonseca Santos (escritora) e Rita Canaipa (psicóloga).

5º ENCONTRO DE PROFISSIONAIS CUIDAR MELHOR

## Que desafios enfrentamos nos «Cuidados a prestar na demência»?

No dia 24 de outubro realiza-se, no Auditório Ruy de Carvalho, em Carnaxide (Oeiras), o 5º Encontro de Profissionais Cuidar Melhor, subordinado ao tema «Cuidados a Prestar na Demência - Uma Abordagem Prática e Integrada».

Ao longo do dia, diversos especialistas abordarão temáticas como «Desafios da intervenção em contexto institucional», «Representação da pessoa com demência - Aplicação do novo regime legal», «Desafios da intervenção em contexto hospitalar», «Desafios da prestação de cuidados na perspetiva da pessoa com demência» e «Desafios na intervenção com cuidadores familiares», sob moderação de Alexandre Castro Caldas, diretor do Instituto de Ciências da Saúde, da Universidade Católica Portuguesa, e Catarina Alvarez, coordenadora do Projeto Cuidar Melhor.

A inscrição pode ser feita através da seguinte ligação: <https://www.cuidarmelhor.org/formacao>.

O Projeto Cuidar Melhor nasceu da conjugação de vontades e esforços de diversas entidades,

entre as quais figura a Associação Alzheimer Portugal, com o propósito de ajudar quem sofre de demência e quem cuida dessas pessoas, uma realidade concreta e crescente.

Os mais recentes dados epidemiológicos apontam para a existência de 182.000 pessoas com demência em Portugal e estima-se que este número aumente para 364.000 em 2040.

Os impactos sociais e económicos desta doença progressiva são cada vez mais relevantes. As diferentes exigências ao longo do seu percurso requerem apoio e formação aos cuidadores através de uma intervenção pluridisciplinar e de proximidade, de modo a melhorar, desdramatizar e valorizar o ato de cuidar.

Para além disso, a importância de consolidar parcerias entre os diversos sectores de atividade em prol do desenvolvimento de respostas inclusivas, justificam a implementação de um projeto com o âmbito e os fins do Cuidar Melhor, que visa contribuir para a inclusão e promoção dos



# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- |            |             |           |                         |                                       |
|------------|-------------|-----------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE  | STRONG CHARON           | UPK                                   |
| B2B        | CERGER      | FEB CAFÉS | IBERLIM                 | PAPIRO                                |
| VIVAMAIS   | SERDIAL     | BIOSOG    | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

**STRONG CHARON**  
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

[www.trivalor.pt](http://www.trivalor.pt)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 - 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



**TRIVALOR**

DEFICIÊNCIA

# Prestação Social para a Inclusão com apoio extra para pessoas com maior debilidade económica

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) começou, no dia 1 de outubro, a ser paga às crianças e jovens até aos 18 anos com uma deficiência ou grau de incapacidade igual ou superior a 60%, no valor de 136,70 euros.

Desde a sua criação, em outubro de 2017, a PSI foi atribuída a mais de 96.000 pessoas (96.148 segundo dados do mês de agosto).

Em outubro do ano passado, no âmbito desta reformulação nas prestações sociais na área da deficiência, passou a ser atribuído um apoio extra a quem apresentava maior debilidade económica. Este complemento abrange 10.600 pessoas.

Esta prestação passa assim a abranger as crianças e jovens até aos 18 anos que tenham uma deficiência que lhes confira um grau de incapacidade igual ou superior a 60% e corresponde a 50% do valor de

referência da componente base, independentemente dos recursos económicos de que a família disponha.

Na altura da publicação em Diário da República, a secretária de Estado para a Inclusão disse que se trata de “completar o puzzle, fazendo com que [a prestação social] chegue a quem não chegava” e sublinhou a PSI já pode ser considerada uma “prestação de ciclo de vida”, que “pode acompanhar a pessoa desde que nasce”.

“O montante atribuído tem uma majoração de 35% no caso de famílias monoparentais”, referiu Ana Sofia Antunes.

A governante disse ainda que ficou de fora desta fase da PSI a majoração que pretende compensar custos pontuais e extraordinários como, por exemplo, despesas de saúde ou de reabilitação, com que a pessoa inicialmente não contava.



**SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995**

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

**SOFTWARE IPSS**

**SECTOR ECONOMIA SOCIAL**

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS

- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
- TSR - Utentes
- TSR - Bancos
- TSR - Associados
- TSR - Rendas
- TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)
- RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

**ASSISTÊNCIA REMOTA**  
Via internet

**ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA**  
Gratuita

**INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO**  
Nas vossas instalações

**+ DE 40 APLICAÇÕES**

**+ DE 900 CLIENTES**

**100% CLIENTES SATISFEITOS**

**GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO**

**MORADA**  
Rua dos Cutileiros, 2556  
4835-044 Guimarães

**TELEFONE** |+351| 253 408 326  
**TELEMÓVEL** |+351| 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM  
**www.tsr.pt**    **tsr@tsr.pt**

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES

# António Vitorino quer Comissão Europeia forte para resolver obstáculos nas questões migratórias

O diretor-geral da Organização Internacional das Migrações (OIM), António Vitorino, disse esperar que a futura Comissão Europeia tenha “força e determinação” para ultrapassar os obstáculos registados no passado em matérias migratórias.

“É evidente que quando há sempre uma renovação de cargos dirigentes numa organização tão importante como a União Europeia (UE), a nossa expectativa é de que sejam ultrapassados os obstáculos que conhecemos no passado e estamos confiantes de que esta nova equipa terá força e a determinação para ultrapassar esses obstáculos”, afirmou Vitorino, quando cumpre o primeiro ano de mandato à frente da OIM e numa altura em que decorrem as audições dos comissários indigitados para a nova Comissão Europeia, que assumirá funções em novembro.

O diretor-geral da OIM realçou, no entanto, que “no limite” a questão fundamental nestas matérias passa pelo “entendimento entre os Estados-membros da UE”.

“Haver confiança mútua e haver uma vontade de partilhar, de solidariedade, de partilhar a responsabilidade, quer do ponto de vista do asilo e das obrigações internacionais para com os refugiados, quer do ponto de vista de migrações reguladas, seguras e ordeiras”, reforçou António Vitorino que em janeiro último tinha lamentado o facto do princípio da solidariedade estar em falta no bloco europeu e como isso estava a dificultar a construção de uma política migratória e de asilo

comunitária.

Agora, alguns meses depois, o diretor-geral da OIM realça que as mais recentes posições adotadas pelo Governo italiano são “um passo muito positivo para tentar enfrentar aquilo que é uma situação muito difícil” na Líbia e no Mediterrâneo Central.

Mas também frisa que “resta muito ainda por fazer”, designadamente nas ilhas gregas “onde as pessoas que chegaram e que continuam a chegar, que até têm estado a aumentar (...), vivem em condições muito difíceis e precárias e, obviamente, o Estado grego sozinho não vai poder resolver essa situação”.

O campo de refugiados de Moria na ilha grega de Lesbos (no Mar Egeu), um dos maiores na Europa e que no fim de setembro registou um incêndio e tumultos devido a sua sobrelotação, tem capacidade para cerca de 3.000 pessoas, mas atualmente alberga cerca de 13.000. “Isso exige um empenhamento efetivo por parte de todos os países da UE. E é esse acordo entre Estados que ainda está, neste momento, a faltar”, prosseguiu.

Ainda sobre a Grécia, onde as chegadas de migrantes e de refugiados a partir das costas turcas atingiram nos últimos meses o nível mais alto em dois anos, o diretor-geral da OIM lembrou que os fluxos migratórios “são muito voláteis, variam com muita rapidez e com muita frequência”.

“A pressão mantém-se, (...) é contínua, tem altos e baixos, tem picos e períodos de maior

acalmia”, referiu o representante, reforçando que perante isto “é necessário que os Estados da UE estejam preparados para responder a estas variações”.

Vitorino apontou ainda que as atenções devem estar igualmente apontadas para as chegadas a Espanha (Mediterrâneo Ocidental), que em 2018 se tornou a rota mais usada na Europa com mais de 58.000 chegadas (em comparação com 5.300 em 2015 e 22.100 em 2017).

Questionado sobre o acordo alcançado em setembro em La Valetta por quatro países da UE - Alemanha, França, Itália e Malta - para um mecanismo de distribuição automática dos migrantes resgatados na rota do Mediterrâneo Central, António Vitorino classificou o documento como “um começo de uma resposta solidária”, “um gesto de boa vontade” e “um passo muito positivo”, ao qual espera que se juntem outros países.

“Não é ainda uma solução definitiva, é uma solução transitória, mas como solução transitória permite concitar às boas vontades daqueles Estados que têm uma consciência mais avançada da responsabilidade partilhada. E, sobretudo, encontrar soluções para pessoas que estão normalmente em condições muito precárias, porque aqueles que são salvos no mar são pessoas que normalmente chegam extremamente debilitadas e que precisam do apoio à sua chegada”, afirmou.

## DIREITOS DAS CRIANÇAS

# Comité das Nações Unidas quer que Portugal acabe com casamentos antes dos 18 anos

O comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças quer que Portugal acabe com os casamentos antes dos 18 anos, com os castigos corporais e que garanta que a pobreza nunca é motivo para retirar um menor à família.

No seu mais recente relatório periódico, sobre a aplicação em Portugal da Convenção dos Direitos das Crianças, o comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças destaca que a Lei de Proteção de Crianças e Menores dá preferência às medidas de proteção em meio natural de vida, ou seja, com elementos da família, para as crianças a partir dos seis anos.

Por outro lado, mostra preocupação pelo facto de a institucionalização continuar muito difundida, incluindo para crianças com menos de três anos “e por razões atribuídas a pobreza ou deficiência”.

Portugal “deve garantir que as políticas e práticas são guiadas pelo princípio de que a pobreza material ou financeira - ou condições diretas e unicamente atribuídas à pobreza - nunca podem ser a única justificação para retirar uma criança dos cuidados parentais, para

receber uma criança em cuidados alternativos ou para prevenir a reintegração social de uma criança”, refere o comité.

O relatório defende que Portugal adote uma estratégia de desinstitucionalização geral e garanta a existência de famílias de acolhimento por todo o país, e tome todas as medidas necessárias para evitar a retirada de crianças da família, desde logo garantindo os apoios adequados para os pais e famílias vulneráveis, para que as crianças com mais de seis anos estejam numa família de acolhimento e nunca numa instituição.

Ainda em matéria de pobreza, o comité diz estar preocupado com as “persistentes desigualdades salariais” e com as elevadas taxas de risco de pobreza e taxas de pobreza efetiva entre as crianças, sobretudo as que vivem em habitações não convencionais, as das comunidades ciganas e afrodescendentes.

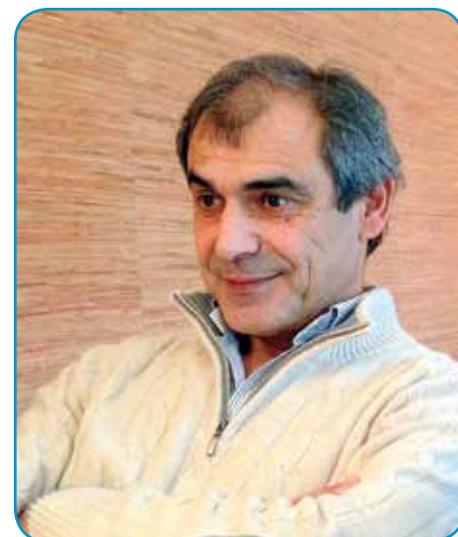
Por outro lado, sugere que Portugal avalie o impacto das políticas de austeridade aplicadas no período 2011-2014 nos direitos das crianças.

No seu relatório, o comité insta o país a alterar a sua legislação e retirar “todas as exceções que permitem o casamento antes dos 18 anos”, aumentar o número de casas abrigo para crianças vítimas de violência doméstica, abuso ou negligência e garantir a “completa proibição dos castigos corporais, por muito leves, seja nas famílias, na lei ou na prática”. Recomenda também que a idade mínima para assistir a touradas seja 18 anos.

Pede que Portugal garanta que todos os profissionais que trabalham com crianças, em particular os assistentes sociais, polícias, profissionais de saúde, entre outros, tenham formação obrigatória sobre direitos das crianças e quer ver o superior interesse das crianças refletido em todas as legislações e políticas.

O comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças disse ainda estar preocupado por Portugal continuar sem uma Estratégia Nacional para as Crianças, e critica os “atrasos desnecessários” na aprovação, apontando que põe em causa a monitorização da aplicação da convenção.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# Vem aí uma recessão global?

A resposta deste vosso criado à pergunta em título é muito simples: não sei!

É muito difícil antecipar recessões e é ainda mais difícil, quiçá impossível, antecipar o timing das mesmas.

Um episódio histórico, não demasiado distante para que dele ainda tenhamos memória, ilustra abundantemente a dificuldade de antecipar recessões.

Em agosto de 2008 a economia americana estava em claro sobressalto.

Em 2006, subitamente, os preços das casas começaram a descer interrompendo um ciclo de crescimento “anormal” que tinha começado na transição do milénio.

Naturalmente que o *boom* do imobiliário residencial foi suportado por um boom do crédito hipotecário. Um dos segmentos do crédito imobiliário que mais cresceu foi o do chamado *subprime*, isto é, dos devedores com mau histórico ou menor capacidade económica.

Em 2007 a bolha do crédito imobiliário, em particular dos produtos estruturados sobre crédito *subprime*, estourou e o sistema financeiro ficou em cacos. Até agosto de 2008 a Reserva Federal foi obrigada a várias intervenções de emergência, fornecendo liquidez a instituições supostamente solváveis ou promovendo a compra das mais fracas pelas que tinham balanço para as acomodar.

O ambiente não era propriamente de euforia!

Contudo, em agosto de 2008, apenas um par de semanas antes da falência do *Lehman Brothers*, com tudo a “arder” em volta, nem um único “*professional forecaster*”, ou seja, economistas profissionais que por dever de ofício fazem previsões macroeconómicas, antecipou a recessão de 2009. A própria Reserva Federal, no mesmo mês de agosto de 2008, continuava a prever um crescimento positivo em 2009.

O que se seguiu, todos sabemos, foi a maior recessão em 80 anos!...

Na verdade, não há bola de cristal para estas coisas, simplesmente não sabemos como antecipar recessões económicas!

O que podemos fazer é ler os sinais e procurar neles a maior dose de significado que possamos extrair.

O que nos dizem os sinais atuais é que temos fortes razões para estar preocupados.

Nos Estados Unidos a *yield curve* começou por achatarse e depois inverteu parcialmente. A

*yield curve* é uma linha em que inscrevemos as taxas de juro dos empréstimos à medida que o prazo vai aumentando.

Em tempos normais a *yield curve* é empinada, isto é, as taxas de juro crescem à medida que os prazos são maiores. Em tempos normais as taxas a 10 anos são maiores que as taxas a 5 anos, a 5 anos maiores que a 2 anos, etc.

Isto deriva do simples facto que, ao aumentar o prazo, aumenta o risco e o investidor exige um prémio. No tempo em que os depósitos a prazo rendiam alguma coisa também era assim: quanto maior o prazo maior era a remuneração.

Quando a *yield curve* achata ou inverte (fica a descer) isso quer dizer que as taxas dos prazos mais longos estão mais próximas dos prazos mais curtos ou até, no limite, mais baixas.

Isto não é sinal de grande saúde da economia. As taxas de juro dos prazos mais longos são a melhor estimativa que podemos ter das taxas de juro de curto prazo no futuro.

Se alguém está disponível para emprestar a 5 anos por um preço mais baixo que o juro que exige a um ano, isso quer dizer que não espera taxas de juro a um ano muito altas daqui a 5 anos, caso contrário, estaria a dar um tiro no pé.

Se os mercados esperam taxas de juro baixas no futuro é porque antecipam um clima económico deprimido.

De uma forma geral as recessões são antecedidas de inversão da *yield curve* com 12 a 18 meses de antecedência.

Contudo, vamos com calma. Trata-se apenas de um sinal, não há nenhuma relação de causa e efeito que permita antecipar com segurança o que quer que seja.

Na Europa os sinais também são preocupantes.

A economia alemã contraiu ligeiramente no segundo trimestre de 2019. A contração deve-se a uma queda significativa no *output* industrial, parcialmente compensada com a robustez do setor dos serviços e da construção civil. O que vamos sabendo do terceiro trimestre é que a tendência se mantém e que, com toda a probabilidade, uma nova contração será inevitável.

A produção industrial está a cair em parte devido à transição energética no setor automóvel (muito importante para a Alemanha) mas também porque a Alemanha está a ser uma vítima colateral da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China.

Não por acaso chamaram à Alemanha a locomotiva da Europa. É altamente provável que a fraqueza alemã se propague ao resto da Europa, é uma questão de tempo.

Do extremo oriente também chegam sinais negativos.

As exportações do Japão estão a cair há 8 meses consecutivos.

Na China a economia cresceu acima de 6% no primeiro semestre de 2019. Continua a ser um crescimento robusto, contudo, desde que a China publica dados trimestrais, há quase de 30 anos, este é o crescimento mais baixo de sempre.

Curiosamente no caso da China até há sinais positivos. No primeiro semestre de 2019 mais de 60% do crescimento veio do consumo privado o que parece indicar que a economia chinesa está menos dependente do investimento e das exportações para continuar a crescer.

Contudo, os dados mais recentes indicam que também no império do meio as coisas estão a ficar feias – produção industrial a cair, preços de produção à beira da deflação...

O clima político também contribui para algum pessimismo dos agentes económicos.

Na Europa o cenário mais provável é a saída do Reino Unido da União Europeia de forma desordenada.

Nos Estados Unidos vemos, pela primeira vez em décadas, uma oposição às claras entre o Presidente e a Reserva Federal. A independência da política monetária é uma das maiores aquisições das últimas décadas. A independência do banco central pode estar em causa justamente no país que ainda é, de longe, o mais relevante para a economia mundial e, sobretudo, para os mercados financeiros globais.

Finalmente, convém lembrar que as recessões são um facto da vida, acontecem com alguma regularidade. Desde que há capitalismo moderno, desde meados do século XIX, são muito raros os períodos de 10 anos em que não há pelo menos uma recessão económica.

O atual ciclo de crescimento da economia global vem desde 2009, ou seja, já dura vai para 10 anos. De certa forma já estamos a dever uma recessão à estatística.

Resumindo, não há nada que permita dizer com um mínimo de segurança que vem aí uma recessão no prazo de um ano ou ano e meio.

Mas que os sinais são preocupantes, lá isso são!

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)





**Vindimas no Douro**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2019

# O País quer a “geringonça”.

## Haverá “geringonça” que queira o País?

O partido socialista venceu as eleições legislativas 2019 com 36,65% dos votos, margem insuficiente para a maioria absoluta. O PS, ainda sem a contagem dos votos da emigração, que atribui mais quatro mandatos, elegeu 106 deputados, tendo conseguido mais 124.395 votos e mais 20 deputados do que em 2015, quando ficou atrás da coligação PSD-CDS. Para obter uma maioria absoluta o partido de António Costa precisava de, no mínimo, 116 deputados.

Em segundo lugar ficou o PSD com 27,90% dos votos o que dá direito a 77 deputados (com o círculo da emigração pode chegar aos 80). O PSD perdeu uma dezena de deputados em relação há quatro anos, quando concorreu coligado com o CDS.

Só não é o pior resultado de sempre do partido de Sá Carneiro porque o PSD de Santana Lopes só conseguiu 75 deputados em 2005.

O Bloco de Esquerda elegeu o mesmo número de parlamentares (19) tendo alcançado 9,67% dos votos. Conseguiu manter-se como a terceira força política à frente da CDU.

A coligação que junta o PCP e Os Verdes, manteve-se como quarta força política no Parlamento, mas perdeu cinco deputados e 115.838 votos nacionais. A deputada Heloísa Apolónia, dos Verdes, não conseguiu a reeleição por Leiria e, ao fim de 24 anos, vê-se obrigada a ficar fora do Parlamento. A CDU conseguiu 6,46% dos votos. Em 2015 tinha chegado aos 8,27%.

A derrota mais pesada foi a do CDS-PP que levou Assunção Cristas, a apresentar a demissão uma hora depois de conhecidas as previsões. O CDS-PP obteve 4,25% dos votos que correspondem a cinco deputados. Os centristas perderam 13 deputados.

Uma das surpresas das legislativas foi a restante classificação eleitoral. O PAN passou de 1,39% dos votos em 2015 para 3,28% dos votos e 166.854 boletins em 2019 e conseguiu quatro deputados.

O Chega, a Iniciativa Liberal e o Livre conseguiram eleger um deputado cada.

Com 1,3%, o partido de André Ventura obteve um terço dos seus votos em Lisboa, mas percentualmente foi no Alentejo que mais converteu eleitores, historicamente de esquerda, a votarem no Chega. Desertor do PSD de Rui Rio, Santana Lopes, líder do partido Aliança, não conseguiu ser eleito.

Se só os números contassem os vencedores das eleições seriam aqueles que não votaram. Os 45,5% de abstenção constituem um novo recorde nas legislativas. E ainda falta contabilizar os recenseados residentes no estrangeiro que passaram a ser mais de um milhão e meio. Dá que pensar.

O Parlamento tem novas matizes. O PAN, dos animais e natureza, passa a ter quatro representantes. São os novos “verdes” que vão impor discussão de novas temáticas.

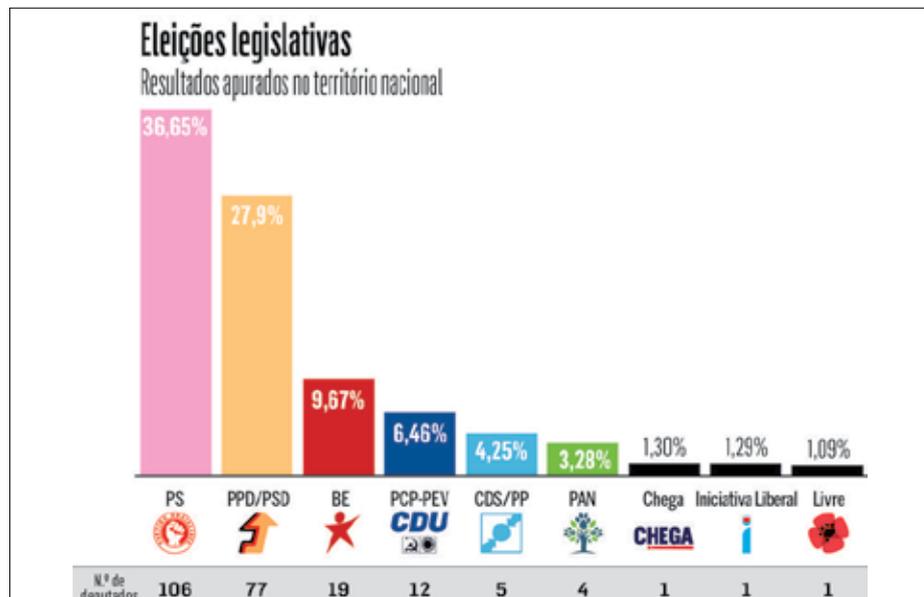
A Iniciativa Liberal e o Chega, com um deputado cada, são portadores

de um discurso de direita populista que pode atrair abstencionistas. O Livre, também com um deputado, finalmente alcançou o objetivo de se sentar no hemiciclo.

A direita, agora com quatro partidos, perdeu espaço muito por culpa de um CDS-PP que vai encolhendo de eleições em eleições. À esquerda acontece o mesmo com o PCP que sempre encontra forças nas suas fraquezas. A cumplicidade com o PS não foi benéfica para Jerónimo de Sousa que deverá estar a ponderar a continuidade. O BE, um partido a quem a proximidade do poder não afetou, pode ser a chave para o próximo governo.

Rui Rio tinha dois sufrágios em simultâneo. Venceu o das expectativas. Esteve com sondagens que colocavam o PSD na casa dos 20 por cento para gáudio dos social-democratas descontentes com a liderança à espera de um desaire para avançarem com a destituição. Perdeu o sufrágio do país. Uma derrota pesada que o líder social-democrata transformou em vitória contra tudo e contra todos.

Os próximos tempos serão de xadrez político. O vencedor adotou a “geringonça” como fórmula de sucesso e já começou a piscar o olho aos pretendentes. António Costa tem agora mais opções de parcerias para uma maioria parlamentar, mas tanto Bloco de Esquerda como o PCP já lhe conhecem as manhas e colocam condições ambiciosas de negociação. Uma tática possível, caso falhem os casamentos para quatro anos, é o PS ir contando com a abstenção da esquerda nas matérias fraturantes. A ver vamos se vamos ter governação à vista ou uma nova geração da “gerigonça”.



Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL